



SEÇÃO DO PROTOCOLO

CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSESSORIA TECNICA DA MESA - A.T.M.
SISTEMA DE APOIO AO PROCESSO LEGISLATIVO

15-320

PROJETO DE LEI : 001036894 DE 1994

4-15350

NATUREZA : PL

01-0368/94-9 DE 10/08/94

PROMOVENTE: VEREADOR

COSME LOPES

EMENTA :

DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DE NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, EM
ÁREA LOCALIZADA NO DISTRITO DO TREMEMBÉ, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ÍNDICE :

ALTERAÇÃO DE ZONEAMENTO
JOSE VICENTE, DR., R.
MARIA AMALIA LOPES AZEVEDO, R.
TREMÊMBE
Z9-003

OBSERVAÇÕES :

CNC Solutions
Tipo: Processo Legislativo
22/10/2010 13:24:30

00000011956-38



APROVADO

26/10/94

RECEBIDA SECRETARIA



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	1	de proc.
n.º	368	de 1994

LIDO HOJE

ÀS COMISSÕES DE 10 AGO 1994

CONSTITUIÇÃO E VOTO
POLÍTICA MUNICIPAL
ATIVIDADES ECONÔMICAS
FINANÇAS E ORÇAMENTO

PL. LENTE

01 - PL

PROJETO DE LEI Nº

01-0368/94-9

Dispõe sobre a alteração de normas de uso e ocupação do solo, em área localizada no Distrito do Tremembé.

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica excluída da zona de uso Z1-030, cuja descrição de perímetro consta no Quadro 8 J, anexo a Lei nº 9.411, de 31 de dezembro de 1981, a área abaixo definida:

- Começa na Rua Dr. José Vicente, esquina com a Av. Maria Amália Lopes de Azevedo, segue por esta até a divisa do imóvel de propriedade da Cúria Metropolitana de São Paulo - Igreja de São Pedro com a propriedade particular no ângulo formado pela Rua Raul Vicente e Av. Maria Amália Lopes de Azevedo; segue pela divisa lateral direita do imóvel da Igreja de São Pedro até a divisa dos fundos; segue por esta até a divisa com o imóvel de propriedade do Colégio Santa Gema; segue pela divisa lateral deste até a Rua Raul Vicente; acompanhando esta até a divisa de propriedade do Colégio Santa Gema com o imóvel contíguo, seguindo por esta até a Rua Antônio Pestana, prosseguindo do outro lado desta pela divisa do terreno da Escola Estadual de Primeiro Grau "Arnaldo Barreto" até os fundos; segue por essa linha até a divisa do terreno do Centro Comunitário do Lions Clube de São Paulo - Tremembé; segue por esta divisa até a Rua Dr. José Vicente, prosseguindo por esta até o cruzamento com a Av. Maria Amália Lopes de Azevedo, ponto inicial da descrição do perímetro.

Art. 2º - O perímetro definido no artigo anterior, passa a integrar a zona de uso Z 9-003, cujo perímetro/é descrito no Quadro 8 J, anexo a Lei nº 9.411, de 31 de dezembro de 1981.



Câmara Municipal de

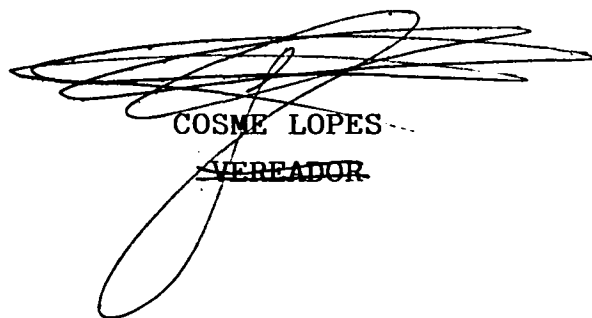
Folha n.º	2	de proc.
n.º	328	de 1994

São Paulo

Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 10 em agosto de 1994.


COSME LOPES
~~VEREADOR~~

LHF/vms.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	3	de proc.
n.º	368	do 19 94

JUSTIFICATIVA

A incorporação ora proposta objetiva regularizar uma situação de fato, qual seja a de adequar o uso da área ao Zoneamento, tendo em vista que ali já se encontram o Colégio Santa Gema, a Igreja de São Pedro, o antigo prédio da Escola Arnaldo Barreto, onde hoje funciona uma unidade da Associação Anti-Alcoólica, uma Clínica Odontológica para carentes, um Posto de Saúde, o Centro Comunitário e sede do Lions Clube de São Paulo-Tremembé e a Escola Estadual de Primeiro / Grau Arnaldo Barreto.

Essas entidades institucionais são anteriores ao Zoneamento e desempenham atividades necessárias para os habitantes do bairro que, entretanto, deve continuar com a atual classificação na Lei de Zoneamento, atendida a correção ora proposta.

A presente proposta não altera a atual situação do bairro na classificação da Lei de Zoneamento, contando por isso com a concordância da população envolvida.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

4

do processo nº 368 de 19 94 18 08 94 (a)

Sr. Assessor Chefe:

Sobre o assunto consta,

Lei 9.411/81

em 18.08.94

MARIA CANDIDA MÔFIRA PORTA
Ass. St. Parlamentar

Folha n.º	do Proe.
N.º	de 19
O Funcionario	

À Com. de Const. e Justiça

18 / 8 / 94

LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Tecn. Leg. Chefô - A. T. M.

Recebido na Comissão de
Constituição e Justiça
Em 19/8/94 às 12 hs *ml*

Ao Nobre Vereador *Américo Vato*
para relatar.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça
em 19 de agosto de 1994

[Signature]
Presidente

SEGUE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº 5

Em 05 de 94

(a) *ml*



Camara Municipal de



PARECER
1073/94

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E
JUSTIÇA SOBRE O PROJETO DE LEI 2 368/94

Trata-se de projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Cosme Lopes, que visa excluir da zona de uso ZI-030, cujo perímetro é descrito no Quadro nº 8J anexo à Lei nº 9.411/81, a área delimitada pelo perímetro descrito na propositura, e incluir tal área na zona de uso Z9-003, cujas características de uso e ocupação do solo constam no Quadro nº 8J, anexo à Lei nº 9.411/81.

Por se tratar de projeto que versa sobre zoneamento, deverão ser convocadas pelo menos 2 (duas) audiências públicas durante a tramitação da propositura, conforme exigência do art. 41, VI, da Lei Orgânica do Município e do art. 85, I, do Regimento Interno.

A matéria encontra amparo no art. 13, XIV, bem como no art. 70, VIII e parágrafo único, da Lei Orgânica do Município.

Diante do exposto, e sem prejuízo do disposto no art. 46 da L.O.M., somos

Pela Legalidade.

Sala da Comissão de Constituição e Justiça, 05/09/94

RELATOR

Publicado no DIÁRIO OFICIAL
de 07/09/94
página 39 col. 3ª
conferido: *(Ry)*

À Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana

e Meio Ambiente

Em 13/09/94

(Ry)
ENILZA ANDRÉ
Secretária

Recebido na Comissão de Pol. Urbana.

Em 16/9/94 às 12:00 hs.

AO NOBRE VEREADOR

PARA RELATAR.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente.

(Ry)
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
S. Gu. ... juntados nesta data DEPOI DE A INFORMAÇÃO
DOCUMENTO rubricados sua
folhas de nº 6 a 65 28/11/94 *(Ry)*



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

SEM REVISÃO

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA

E MEIO AMBIENTE.

Folha n.º	06	do Proc.
N.º	368	de 19 94
O Funcionário		

Presidenta: Sra. Vereadora Zulaê Cobra Ribeiro

Membros: Srs. Vereadores

Aldaíza Sposati

Antonio de Paiva Monteiro Filho

Bruno Feder

Tereza Cristina de Souza Lajolo

Emílio Meneghini

Faria Lima

AUDIÊNCIA PÚBLICA SOBRE OS PLs.: 290/94 - 368/94 -
351/94 - 344/94 - 317/94 - 167/94 - 900/93 e 372/94, realiza
da no Auditório "Oscar Pedroso Horta" da Câmara Municipal de
São Paulo, em 18 de outubro de 1994.

Solicitante: Sra. Vereadora Zulaê Cobra Ribeiro

(Memo. URB. nº. 300/94)



MODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A41	1	vand	com.pol.urb.	18.10.94		

A SRA PRESIDENTA (Zulaia Cobra Ribeiro) - Vamos dar

início a esta audiência pública com o processo PL 290/94, de autoria
Gilberto Kassab,
da Vereadora ~~Aldaisa Sposati~~ que trata de zoneamento. Transforma em
zona de uso Z-18 parte da zona de uso Z-1-012, situada no distrito
de Pinheiros. O art. 1º - Fica excluída da zona de uso Z-1-012, cujo
perímetro é descrito no quadro 8A anexo à Lei 8001, de 24/12/73,
delimitada nos seguintes perímetros: Começa na confluência da Av.
Cidade Jardim com a Nove de Julho, segue pela Av. Cidade Jardim,
Praça do Vaticano, Rua Russia. A Vereadora Aldaisa Sposati é a rela-
tora do processo. O Vereador autor do PL é Gilberto Kassab.

Art. 2º - A área delimitada pelo perímetro descrito no
art. 1º da presente lei passa a integrar a zona de uso Z-18, cujas
características de uso e ocupação do solo constam do quadro 28 anexo
à Lei 9411, de 31/12/81. A justificativa do autor é que a alteração
do zoneamento objetiva transformar em zona de uso Z-18 parte da Z-1-012.
Tem alguém de interesse nesse PL 290/94?

A área em foco avizinha-se da Av. Nove de Julho, Av.
Cidade Jardim e outras de grande tráfego e fluxo de pessoas, cujas
características emprestam ao local vocação à instalação de uso dife-
renciado do residencial, fato de fácil constatação visto a atividade



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 08 do Proc.
N.º PAULO 368 de 19 94
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A41	2	vand	com.pol.urb.	18.10.94		

hoje ali desenvolvidas. Pode-se derescentar ainda que a área jamais pertenceu ao traçado do loteamento Jardim Europa, bairro de característica extritamente residencial como equivocadamente se supõe. Foi exatamente pela proximidade já que deslocada do bairro de origem, o Itaim, depois da ampliação da Av. Nove de Julho. A zona de uso Z-18 espécie de zona de transição a qual pretende-se inserir a citada área adequa-se perfeitamente a situação apresentada já que possibilita a obtenção da gradação de uso e intensidade de ocupação do solo em áreas limítrofes a zona de uso Z-1 sem contudo estabelecer bruscos e incompatíveis avizinhamentos, bem como a determinação da qualidade da vida social. Esse projeto passou pela Comissão de Justiça e o Vereador Arselino Tatto foi o relator. O parecer é pela legalidade. Vem a Comissão de Política Urbana e a Vereadora Aldaiza Sposati é a relatora.

A SRA Sou do voto consciente. Venho aqui fazer uma pergunta porque a Nove de Julho começa na Praça da Bandeira e termina na Cidade Jardim, é corredor. Tem 18 casas que não são parte do corredor, elas vão da Rua Holanda até a Rua Rússia. Dizer que vai estragar os jardins, ninguém menos do que nós queremos estragar os jardins, mas se vocês vêem a Av. Brasil a atravessa os jardins, tudo bem. A Groelandia atravessa os jardins, tudo bem. Então o que



CAMARA MUNICIPAL DE SAO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	27	do Proc.
N.º	368	de 19
PAULO		
O Funcionario		

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A41	3	vand	com.pol.urb.	18.10.94		

acontece nessas 18 casas, ninguém pode morar mais lá, é ilegal alugar para algum escritório que não vai fazer bagunça, como dentista. Não sei o que essas pessoas podem fazer porque quando a lei sai fora da realidade entra a corrupção. Sou a favor do projeto só que quero que englobe. O que está infeliz são essas 18 casas que estão presas por uma lei. Gozado que é justamente onde tem as 4 avenidas. Não sei porquê fizeram as 4 avenidas se não é corredor. E de um lado é tudo prédio. Peço a V.Exa., por favor, o que devemos fazer.

A SRA PRESIDENTA (Zulaê Cobra Ribeiro) - Esse PL está um pouco pobre. Gostaria que houvesse por parte dos interessados...
A senhora mora lá?

A SRA MARGARETH - Não, mas tenho uma casa lá na Nove de Julho, 4954.

A SRA PRESIDENTA (Zulaê Cobra Ribeiro) - A senhora, como interessada no presente processo, poderia providenciar mais pro...
Podia tirar algumas fotos do ambiente lá existente, com relação à impossibilidade de continuar.

A SRA ~~EXX~~ MARGARETH - Não é que não existe ambiente...
casas estão em ordem é que infelizmente com aquele trânsito...

A SRA PRESIDENTA (Zulaê Cobra Ribeiro) - Uma foto d



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 10 do Proc.
N.º 368 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A41	4	vand	com.pl.urb.	18.10.94		

trânsito. É aquela velha história, todo mundo sabe onde é o local. Presume-se que todos os vereadores da Casa saibam, mas era bom porque aí ilustra o processo. A senhora como proprietária sabe o que significa ter um imóvel lá. Tudo aquilo que vem de acordo com o projeto é bom. Outra coisa é abaixo-assinado porque temos que ter a manifestação das pessoas interessadas. Audiência pública é para isso. É para que os interessados venham aqui e digam o ~~porquê~~ porquê da existência do projeto ~~em~~ de lei. Nenhum vereador faz projeto sem que haja necessidade concreta dos moradores. Partimos do princípio que estamos mudando São Paulo de acordo com a vontade dos moradores. E todos os projetos de zoneamento estão ~~parados~~ parados na Câmara. Temos centenas. E vamos decidir agora as prioridades porque têm uns que são até vexatórios. Vamos ter que enfrentar essa problemática, mas alguns projetos vão ficar para outra oportunidade. Já que temos tempo suficiente, essa é a primeira audiência. Hoje é 18 de outubro e até 8 de novembro que é a segunda audiência a senhora poderia providenciar algumas provas, um ~~abaixo-assinado~~ abaixo-assinado das pessoas que têm interesse também. Era bom que tivéssemos 70% das pessoas que moram e tem interesse lá assinando o abaixo-assinado.

A SRA MARGARETH - Dou isso tudo para o Gilberto Kassab?



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 11 do Proc. 368 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
142	1	VAND	com.pol.urb.	18.10.94		

A SRA PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro) - Não, para cá, para nós. Tudo isso vem para a comissão. O Luiz Fernando que está ali é o secretário. A senhora procura o Luiz Fernando ou outros assessores tem o Coimbra, o Daniel e manda fixar nos autos. O Gilberto Kassab nem está sabendo dessas propostas porque ele faz o projeto, tramita pelas comissões e o próprio vereadora...

A SRA MARGARETH - Esse projeto está pegando a Escola Saore Croix. Essa praça é aquela escola.

A SRA PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro) - Mais alguém quer se manifestar? Se ninguém quiser fazer uso da palavra vou encerrar essa primeira audiência pública do PL 290/94. O vereador tem interesse em algum processo? O 368. É de sua autoria? O senhor quer fazer parte da Mesa, por favor.

O SR COSME LOPES - Boa tarde. Antes de apreender as pessoas que estamos acompanhando, acho que até de público se faz necessário, embora chegamos atrasados, de localizar nossos parabéns às eleições. E esses quase 2 anos que pudemos conviver juntos pudemos acompanhar a sua luta e estamos sentindo que a população a cada dia passa sabe melhor escolher os seus candidatos. Que o mesmo sucesso a senhora teve, tenha em Brasília.



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 12 do Proc.
N.º 368 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A42	2	vand	com.pol.urb.	18.10.94	cosme	

Estamos com representante do Lions Clube do Tremembé. Pelo ao Sr. Armando que faça as vezes de passar à senhora e aos presentes a problemática que estão vivenciando na região. O nosso objetivo do projeto de lei é exclusivamente passar para o legal o que existe de fato em relação a um quadrilátero onde existem 3 escolas, 2 funcionam abandonada, um centro da Prefeitura, do antigo CMV, hoje Casa, e uma igreja e o prédio do Lions. É dentro dessa área que há essa proposta de alteração de zoneamento.

— A SRA PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro) - Deixa iniciar então a leitura do projeto antes. Esse projeto de lei é o 368/94, dispõe sobre ~~xxxxxxxx~~ alteração de normas de uso e ocupação do solo em área localizada no distrito de Tremembé. O art. 1º - Fica excluída da zona de uso Z-1-030, cujo descrição do perímetro consta do quadro 8J, anexo à Lei 9411, de 31. 12.81. Começa na Rua Dr. José Vicente esquina com a Av. Maria Amalia Lopes de Azevedo, segue por esta até a divisão do imóvel propriedade da cúria metropolitana de São Paulo, Igreja de São Pedro, com a propriedade particular com o ângulo formado pela Rua Paul Vicente e Av. Maria Amalia Lopes de Azevedo. Segue pela divisão lateral direita do imóvel da Igreja de São Pedro até a divisão dos fundos, segue por está até a divisão do imóvel de



CAMARA MUNICIPAL DE
— TAQUIGRAFIA

Ex. n.º	13	do Proc.
368		SAO PAULO 1924
☒ Funcionário		

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A
A42	3	vand	com.pol. rb.	18. 10.94		

propriedade do Colégio Santa Gema. Segue pela divisão lateral da

até a Rua Paul Vicente, acompanhando esta até a divisão

~~da Rua Paul Vicente, prosseguindo pela divisão lateral da~~

~~Rua Paul Vicente, prosseguindo pela divisão lateral da~~

~~até a divisão lateral da Rua Paul Vicente, prosseguindo~~

~~até a divisão lateral da Rua Paul Vicente, prosseguindo~~



CAMARA MUNICIPAL DE
— TAQUIGRAFIA

Folha n.º 14	do Proc. 368
de 19 44	
O Funcionário	

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. A
A43	1	Leo	Audiência Pública -	18/10/94	Com. I	ca Ur

de propriedade do Colégio Santa Gema com o imóvel contíguo, se-
por esta até a rua Antônio Pestana, prosseguindo do outro lado
pela divisa do terreno da Escola Estadual 1º Grau Arnaldo Barre-
Até os fundos segue por esta linha até a divisa o terreno
comunitário, do Lions Clube de São Paulo, Tremembé. Segue por
divisa até a rua Dr. José Vicente prosseguindo por essa até o
zamento com a Avenida Maria Amália Lopes de Azevedo.

Muito bem. Então, o perímetro definido no artigo an-
terior passa a integrar a zona de uso Z9-003, cujo perímetro é de-
crito no quadro 8J, anexo da Lei 9.411, de 31 de dezembro de 81
Assim, então, é o projeto do Vereador Coape Lopes e
dou a palavra, então, a justificativa ele já acabou de fazer,
interessado.

Encontra-se entre nós o grande vereador da minha ilu-
comissão, Vereador Antonio Paiva, para alegria da Comissão de P-
lítica Urbana, que há muito tempo não nos víamos. Muito obrigad

C SR. ARMANDO BENETOLLO - Sou hoje diretor vogal
Lions Clube de São Paulo - Tremembé. Sou conselheiro vitalício
Conselho Comunitário de Santana - Tucuruvi e sou vice-president



CAMARA MUNICIPAL DE
— TAQUIGRAFIA

Folha nº 15	do Proc. 368
SÃO PAULO 1994	
O Funcionário	

MODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT.
A43	2	eo	Audiência	Pública	18/10/94	

comunicação do movimento "Defenda São Paulo".

Esta proposta do Vereador Cospe Lopes vem resolver anormalidade lá na região de Tremembé. A Maria Amália Lopes da vedo, na área do lado esquerdo, é Zona 9 e do lado direito é 2. Essa área que pretendemos defender aqui, que faz parte do pr do vereador, para transferi-la para o lado esquerdo, isto é, a Zona 9, vem regularizar uma situação de fato porque ali se tra já edificado instituições de interesse da região, como igr escola, posto de saúde, que não se coadunam com o tipo de zon onde elas foram construídas. Quando a Lei de Zoneamento chegou regularizar a situação do bairro, essas edificações já existi estão lá diferente do que se propõe para esse tipo de zoneam

Nós estamos muito à vontade para defender este pr porque, dos vinte e seis anos de vida do Lions Tremembé, a maior luta foi a defesa do zoneamento de Tremembé, da manuten sua região como zona estritamente residencial: de edificações miliar, de acordo com a conveniência da região, na preservação áreas verdes ainda remanescentes na área.

Então, o Lions - Tremembé luta sempre, sempre defer



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 16 do Proc.
368 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A43	3	Leo	Comissão de	Política Urbana	18/10/94	

essa manutenção de situação. Em todas as mudanças de lei de zoneamento temos tido uma atenção muito grande, para evitar que aquela região seja prejudicada naquela qualificação de uso. Mas, no caso presente, essa proposta virá dar uma condição de regularidade na legislação atual. Não estamos aqui defendendo uma mudança de zoneamento. Estamos apenas sugerindo e defendendo que o zoneamento de hoje seja inteiramente respeitado de acordo com a prática já existente. Então, essa proposta virá regularizar uma situação de fato e não há nenhuma proposta de mudança da Lei de Zoneamento propriamente.

A SRA. PRESIDENTA - (Zulaê Cobra Ribeiro- PSDB) - Mais alguma coisa?

O SR. ARMANDO BONETOLLO - Acredito que o projeto esteja muito bem elaborado e acho que está fácil de ser entendido. Trouxemos para a Presidência da Mesa, se o vereador quiser passar, um pequeno mostra onde mostra a área que se pretende regularizar, que passará a fazer parte da área maior, que é a que está sublinhada em amarelo.



CÂMARA MUNICIPAL DE
— TAQUIGRAFIA

Folha no. 17	do Proc. 268
N.º 1	de 19 94
O Funcionário	

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APAR
A43	4	Leo	Comissão de	Política Urbana		-18/10/94

A SRA. PRESIDENTA - (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - A

três são iguais?

O SR. ARMANDO BENETOLLO - São iguais.

A SRA. PRESIDENTA (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - Então

fico só com uma aqui no processo. O senhor pode levar as duas.

Mais alguém deseja fazer uso da palavra com relação
esse PL? Mais algum outro interessado? Mais algum outro morador
É importante. Não tenham timidez alguma. Esta aqui é uma Casa d
povo. O povo tem que vir aqui, falar e falar muito.

O SR. ARIUNE JORGE - Vereadora Presidenta,

demaís vereadores componentes da Mesa: é com satisfação que nós, do
Lions Clube de São Paulo - Tremembé vimos aqui apoiar este projeto
do nobre vereador Cosme Lopes, e reforçando o que disse o nosso co
panheiro Armando Benetollo, queremos enfatizar que a área cuja mu
dança de uso estamos pretendendo, já existia antes mesmo da insta
lação da Zona 1, no bairro do Tremembé. Então, já existiam as
escolas, já existia igreja, já existia posto de saúde. Aí foi ins
tituída a Zona 1. E, por englobar toda a área, essa gleba ficou in-



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha 18 do Proc.
de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
143	5	Leo	Comissão de	Política Urbana- 18/10/94		

orustrada dentro da Zona 1, impedindo que ela tivesse o uso regular dentro da Lei do Zoneamento. Então, nós estamos pedindo a exclusão dessa área da Zona 1 exatamente para permitir que ela continue dentro dos... não há nenhum interesse comercial. Todo interesse é coletivo. Existe interesse social porque a igreja, a escola, posto de saúde e o centro comunitário do Lions Clube e mais um prédio que se pretende preservar como a relíquia do bairro do Tremembé para futura instalação de uma biblioteca no bairro. Quer dizer, todos esses imóveis são de interesse público e não de interesse particular. Queremos frisar isso porque a ação do Lions Clube, nesse caso, visa o bem da comunidade do Tremembé.

Com isso pretendemos a regularização dessa área, como já existe de fato. Obrigado.

A SRA PRESIDENTA - (Zulaide Cobra Ribeiro - PSDB) - Mais alguém quer fazer uso da palavra?(Pausa) O Vereador Cosme Lopes quer usar da palavra novamente?

O SR. COSME LOPES - (PPR) - Não, obrigado.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 19 do Proc.
N.º 58 de 1994
PÁULO
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A45	1	Leo	Comissão de	Política Urbana	18/10/94	

A SRA. PRESIDENTA (Zulaê Cobra Ribeiro - PSDB) - O

Vereador Antônio Paiva? (Pausa).

Eu estou discutindo aqui, aos senhores interessados ,
com o Vereador Cosme Lopes, dessa necessidade que eu acho, sou
advogada, advogo há muitos anos e gosto de processo bem instruído.
Não custa, então, fazer um abaixo-assinado. As entidades têm um
cartão, as entidades têm um endereço, consta aqui. Outro dia fize-
mos várias páginas de todos os cartões dos médicos, dos dentistas
da área. Então, enchemos o processo. Para mostrar que aquela área real-
mente era uma área que estava sendo comercializada. Isso num outro
sentido, outra mudança, que não é o caso de vocês. Mas, enfim, jun-
tar aqui o abaixo-assinado, as entidades colocarem aqui seus car-
tões porque ,porque a nota taquigráfica não é lida. A gente faz
a audiência pública, é do regimento, é de lei, mas na hora do ve-
reador folhear o procedimento, ele não vai ficar lendo estas coi-
sas aqui. Agora, bate com o olho, vê lá os cartões, vê lá as enti-
dades, todas as entidades citadas têm lá o seu papel timbrado, um
ofício dizendo da necessidade, enfim, para constar aqui, para ter
um visual. Se não, olha aqui, os senhores concordam comigo? Não



RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT.
A44	2	Leo	Comissão de	Política	Urbana	18/10/74

tem nada, não é? A não ser o mapa que o senhor me trouxe agora.

C SR. AFIUNE JORGE - Fica muito técnico e acaba o processo não observando os detalhes.

A SRA. PRESIDENTA - (Zulaê Cobra Ribeiro - PSDB) - fica muito frio o processo. Acho que as fotos, cartões, as entidades se manifestando como tais, o Lions lá, com papel bimbado, fim tudo isso para constar o que já existe e que as pessoas vão manusear isto aqui não conhecem. Pensamos que todos sabem nós. Mora naquele bairro, já sabe. Mas ninguém sabe da existência dessas entidades citadas. Está certo?

A próxima audiência será no dia 8 de novembro. É 11 não é? Então, nós temos uma outra audiência pública. É de lei, temos que fazer. Então, no dia 8 de novembro vamos voltar aqui o mesmo processo. Se puder juntar, temos um prazo ainda, que a guia vai para a relatora, que é a Vereadora Tereza Majolô, dela. Ela vai apresentar o parecer e vai para a Comissão de Política Urbana. Em seguida vai embora para outras comissões. Mas nós somos a única comissão da Câmara Municipal de São Paulo que discute. Nós temos que discutir o mérito da questão. A justiça discute



CAMARA MUNICIPAL DE
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 21 do Proc.
N.º 368 de 1927
O Funcionário

ORDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. A
A44	3	Leo	Comissão de	Política Urbana		18/10/27

legalidade. É legal ou é ilegal. E nós discutimos o mérito da qu-
Dai porque passam todos os procedimentos por nós. Porque é Comi-
de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente, que diz resp-
a nós todos. Mexe com um bairro, mexe com São Paulo inteiro. Pa-
que não mas é verdade. Só que ninguém sabe. Porque ninguém sabe
que é metropolitana e meio ambiente. Ninguém sabe nada. Política
bana é um negócio bonito. Não é bonito? Mas, quem sabe? Política
bana é a coisa mais importante para nós todos que moramos em
Paulo. Se você muda a Lapa, se você muda o Tremembé, muda a Pen-
muda a Moóca, daqui a pouco você não anda mais em São Paulo.

Agora, se não tivermos realmente um respeito a todos
bairros que pertencem a São Paulo como um todo, estamos realmen-
sem saber que moramos numa cidade. São Paulo é grande, nós sab-
disso. Enorme. Eu tenho muita dó do Prefeito de São Paulo. A-
que nós tínhamos que fazer com que São Paulo tivesse subprefeit-
que é um projeto antigo, mas que causa impacto porque aí você t-
descentraliza o poder. E ninguém quer descentralizar o poder.
poder tem que ficar na mão. Prefeito é o Prefeito. Governador
Estado, Governador. Presidente da República, não é? Tão tanto p-

Folha n.º	do Proc.
N.º	de 19
O Funcionário	



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 22	do Proc.
N.º 368	de 1994
O Funcionário	

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A44	4	Leo	Comissão de	Política Urbana		18/10/94

na mão que depois não sabem o que fazem.

Eu acho melhor, é mais moderno você descentralizar. Até porque a responsabilidade não fica de um só. Se um não for bom, é melhor que sejam outros e vários e aí você divide o poder. Mas, enfim, a situação ainda é um só para todos nós.

Bom, vou passar, então, para outro PL. O senhor tem algum PL aqui, Dr. Antonio Faiva? Tem? Eu sabia que ele veio para alguma coisa dele! Qual é o seu? Que número? Este é do Prefeito. Ah! Está aqui, já achei, já achei.

Vamos lá: é o PL 351/94, de autoria do Vereador Antonio Faiva. Dispõe sobre alteração de normas de uso e ocupação do solo.

O artigo 1º - que fica ampliada a Zona de uso Z3 - 129, cujo novo perímetro é descrito a seguir: começa na confluência da rua Dante Pelacani (grande advogado) com a rua Demétrio Ribeiro, segue pela rua Demétrio Ribeiro, rua Barão do Cerro, largo, rua Itapeti, rua Monte Serrat, rua Antonio Camargo, rua Francisco Marango, rua Professor Pedreira de Freitas, rua Apucarana, rua Lucília de Queiroz, rua Padre Andrei de Moura, rua Francisco Zicardi, rua Professor Jerônimo Azevedo, rua Quandu, rua Marechal Barbacena

Folha n.º	do Proc.
N.º	de 19
O Funcionário	



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A44	5	Leo	Comissão de	Política Urbana	18/10/94	

e rua Dante Pelacani, até o ponto inicial.

O novo perímetro dessa zona fica incluído no quadro número 8 A, anexo à Lei 8.001, de 24 de dezembro de 73.

A justificativa do autor está aqui. O autor está presente e pode justificar. Então, esse PL passou pela Comissão de Justiça. O Vereador Aurélio Nomura foi o relator e o parecer é pela legalidade com a apresentação de um substitutivo.

No artigo 1º - fica excluída da Zona 22, cujas características de uso e ocupação do solo constam do quadro 2A anexo à Lei 8.002, área delimitada. Começa na confluência... só houve uma modificação da redação do projeto. E na Comissão de Política Urbana o Vereador Emilio Meneghini é o relator.

~~Comissão de Política Urbana - 18/10/94~~

~~Assinatura do Vereador~~

Folha n.º	13	do Proc.
N.º	362	de 19 94
O Funcionário		



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APA
A45	1	ATA	Aud. Pub.	18.10.94		

Bom, está aí a justificativa. Eu dou a palavra então ao Vereador
nio Paiva.

O SR. ANTÔNIO DE PAIVA MONTEIRO FILHO - Boa t

Nós não entendemos e eu tomei conhecimento neste instante desse
titutivo apresentado pela comissão de Justiça, porque na realidade
só muda a redação porque na apresentação do prâjeto nós entendemo
foi um pedido da comunidade, moradores, sociedades amigos de bairro
que hoje é uma 7-2 lá, e nós queremos que ela passe a 7-3, porque
amplia a possibilidade de instalações de ser uma zona conforme. Co
bem o local, a situação que predomina lá, mas tem pessoas aqui pr
tes que são interessadas no ~~xpa~~ projeto e eu gostaria de ouvi-los,
ficar registrado aqui a colocação da posição e do pedido que os i
sados têm.

O SR. RONALDO DE GIOVANI - Boa tarde, Srs. Ve

dores. Como morador da região tenho acompanhado o projeto porque
moro próximo disto aqui e pode causar uma alteração bastante favo
vel pela melhor adequação do uso do solo. Eu acredito que o proje
a reda~~ção~~ção original está bastante clara, de forma a permitir que n
mente eu como morador, mas todos os demais moradores da região c
dam a essência deste projeto. Com relação ao substitutivo confe



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A45	2	ANA	Aud. Pub.	18.10.94		

que causou uma certa dúvida porque existe um perímetro traçado no projeto original e este substitutivo vem retalhar esse perímetro original e depois volt aa inclui-lo dentro desse perímetro. No meu modo de entender esse substitutivo está mais para oriar uma certa confusão na interpretação do que o projeto original. E o substitutivo não altera o projeto original como um todo, ele continua mantendo o projeto na sua totalidade. Eu acredito que o projeto original, até pela sua maior clareza atende muito mais as necessidades da população, das moradores da região, do que este projeto, que no fim vem trazer de volta o perímetro original. Então, realmente acho que este substitutivo não tem sentido de ser. Acredito que a manutenção do projeto original que o perímetro continua sendo o mesmo, está muito mais claro, mais sucinto.

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Acho que o substitutivo só tem a ordem aqui de um ficar de assim, não de assim. É para que haja uma maneira...

O SR. ANTONIO DE PAIVA MONTEIRO FILHO - Mas o relator do projeto na Política Urbana, que é o nobre Vereador Emilio Meneghini, poderá rejeitar o substitutivo. Então, já faço um apelo para rejeitarmos o substitutivo, que tenho certeza mais pares irão aprová-lo.

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Bom, com relação ao



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A45	3	ANA	Aud. Pub.	18.10.94		

conteúdo está tudo ,certo, de acordo?

O SR. _____ - Sem dúvida.

A Sra. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Mais alguém está interessado no PL? Gostaria de pedir ao senhor, já que o senhor é o único interessado aqui, para providenciar um abaixo assinado, se possível fotos, o que o senhor achar que deva para dar um entendimento aquele Vereador que vai manusear, aqui no caso, que é o Vereador Emilio Menghini. Certo? E é bom porque fica constando dos autos esse interesse dos interessados neste PL. A próxima audiência é para o dia oito de novembro, à uma hora da tarde. Então, até lá o senhor terá um tempo para providenciar tudo que possa para esclarecimento do PL!.

Tem um agora: é o nº 344/94. É de autoria também do Vereador Antônio Paiva Monteiro Filho, o resumo do projeto é que modifica o zoneamento, Z2 para Z3 de área situação na região da Água Rasa, Zona Leste, delimitado pelo perímetro exposto na propositura. A justificativa do autor é que o enquadramento como Z2 faz com que a área fique, em certo sentido, congelada, já que não são permitidas construções com coeficientes de aproveitamento, máximo permitido na zona Z3, apesar da área em questão estar contígua a uma zona deste último tipo. A comissão de Justiça é pela legalidade, tendo apresentado substitutivo



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A45	4	ANA	Aud. Pub.	18.10.94		

apenas para adaptar o projeto a melhor técnica legislativa. Então, esse também de autoria do Vereador Antônio Paiva, é também na região da Água Rasa com Avenida Regente Feijó, segue pela Avenida Regente Feijó, Rua Quandu, Ibateguara, Avenida Regente Feijó, Rua Oiti, Rua Maria Adelaide, Rua Pico Negro, Rua Bom Jesus, Rua Baguaçu, Rua Pantojo e Rua Água Rasa, que é o ponto inicial. A justificativa do autor, ele está aqui, ~~verificar a área de implantação~~

~~na comissão de justiça e segurança~~

~~assinado~~

Folha n.º	27	do Proc.
N.º	368	de 1994
O Funcionário		



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A46	1	regina	aud.púb.	18.10.94		

e eu vou passar a palavra para ele. Na Comissão de Justiça, o pl passou o Vereador Marcos Mendonça foi o relator e apresenta também substitutivo só para adequar tecnicamente.

O SR. ANTONIO DE PAIVA MONTEIRO F2 - Quem vai ser o relator desse aqui na comissão?

A SRA. ZULIAE COBRA RIBEIRO - Na Comissão de Política Urbana é o Bruno Feder, Vereador Bruno Feder.

O SR. ANTONIO DE PAIVA MONTEIRO F2 - Esse projeto, não tenha a menor dúvida, que ao apresentá-lo nós temos uma única intenção: solucionar problema grave na região, porque com o Z2 ela fica estritamente com predominância residencial. Conhecemos a região, está em pleno processo, região muito grande. Há necessidade que possamos criar lá Z3 para que o aproveitamento seja maior onde poderemos também instalar pequenos comercios. Enfim, vamos solucionar problemas que pela expansão, hoje, de zoneamento, entendemos que há necessidade de se passar para Z3. Fomos procurados por diversos moradores do local e, lógico, expedimos aos nobres Pares compreensão. No caso do substitutivo, conversaremos com o Vereador Bruno Feder, porque não vemos necessidade de substitutivo, mas sim que fique como está o original. Não sei se há pessoas interessadas em fazer uso da palavra para fazer algumas colocações.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
	A46 2	regina	aud.púb.	18.10.94		

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Há alguém interessado?

O SR. EMÍLIO MENECHINI JR. - Sra. Vereadora, Sr. Vereador, boa tarde senhores. Nós encontramos nesse projeto, como já foi colocado no anterior, a questão do substitutivo. E nós somos moradores da região, sou Emílio Meneghini Jr., trabalhamos e vivemos política nessa região. De forma que conhecemos perfeitamente o que o Vereador Antônio Paiva acabou de colocar. Através de abertura de avenida, que teve importância muito grande, mas que descaracteriza a utilização na região, Avenida Abel Ferreira, nós vivemos hoje necessidade premente de ter nova caracterização para aproveitamento mais elástico, mais definitivo, porque vai ser ponto bastante central, bastante importante e, claro, com a nova caracterização. Estranhamos também o substitutivo porque ele diz o que está claro no original, depois ele rediz. É como ~~xxx~~ a senhora falou provavelmente, faz uma curva ao contrário. De forma que a gente só estranha essa condição. Obrigado.

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - O senhor tem condições de fazer um abaixo-assinado? Ou fotos, enfim, o que for necessário para entendimento do projeto?

O SR. EMÍLIO MENECHINI JR. - Claro.

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Muito bem, mais alguém com relação ao PL 344/94? Então, está encerrada a discussão. Vamos passar agora



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A46	3	regina	aud. púb.	18.10.94		

para o 317/94.(Pausa). Vamos lá, o PL 317/94 é de autoria do Vereador José Índio, altera normas de uso e ocupação do solo em áreas situadas no bairro do Pacaembú. Ficam alteradas, na forma dessa lei, as normas de uso e ocupação do solo estabelecidas na lei 9.411 de 30 de outubro de 81, nas seguintes áreas: quadra 96, setor fiscal 11, compreendida entre as ruas Itatiara e Armando Penteado, Alagoas e Engº Edgar Egídio de Souza, que fica ~~excluída~~ excluída a zona de uso Z2 e passa a integrar a zona de uso Z3, cuja característica de uso consta do quadro 2A, anexo a lei 8.001 de dezembro de 73.b) quadra 97, do setor fiscal 11, compreendida entre as ruas Armando Penteado, Alagoas, Ceará, Avaré e atravessa Canhanpitanga, e fica excluída da zona de uso Z1, e passa a ~~integrar~~ integrar a zona de uso Z2, cujas características de uso constam do quadro 2A da lei 8.001, de dezembro de 73. Os corredores de uso especial Z8 - CR1(?) estabelecida nos quadros 8J da lei 9411 de 81 para as ruas Itatiara e Armando Penteado, no trecho entre as ruas Itápolis e Alagoas, passam a ser corredores de uso especial Z8-CR4. A justificativa do autor é que o presente projeto visa alterar normas de uso e ocupação de solo de duas quadras contíguas ao antigo arruamento e loteamento denominado Pacaembú, da extinta companhia City. A primeira dessas quadras, assinala em vermelho na planta em anexo, integra nos termos da legislação vigente a zona de uso Z2. E é delimitada pelas ruas Armando Penteado, que é cor



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A46	4	regina	sud.púb.	18.10.94		

redor 28; Alagoas, corredor 2P; Engº Edgar Egídio de Souza, divisória da zona Z13 e Z2; e Itatiara, que é corredor 28 CR. O que subjetiva é transformá-la em zona de uso Z3, modificação essa de menor significação e consequências, uma vez que embora mais primitivas as circunstâncias que caracterizam a zona Z3 não são muito distoantes das que definem a zona de uso Z2. Observe-se que a quadra em foco é ocupada em sua totalidade, ou quase sua totalidade, pelo estabelecimento de ensino superior, FAAP, mantido pela Fundação Alvares Penteado, instituição de comprovado mérito, destituída de finalidade lucrativa e com relevantes serviços prestados à coletividade. A mudança de Z2 para z/ permitirá que a referida Fundação amplie e modernize a Faculdade de Arquitetura, oferecendo aos seus milhares de alunos melhores condições técnicas para o desenvolvimento de suas finalidades educacionais. A outra de suas quadras, assinalada em amarelo na planta anexa, integra atualmente a zona de uso Z1. ~~Esta~~

~~As quadras situadas nos corredores de trânsito de veículos de circulação~~

~~estão intensamente congestionadas, em consequência da falta de~~

~~devidas melhorias~~

Folha n.º	31	do Proc.
N.º	368	de 1994
O Funcionário		



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A47	1	emira	pol.urbana	18.10.94		

porém é contornada com dois corredores de tráfego de veículos de movimentação intensa e normalmente congestionadas. Um, é pela Rua Armando Penteado, outro é pela Rua Ceará. Nas duas outras fases da mesma quadra temos a R. Avaré, que atravessa a Caiapitanga, uma simples passagem para pedestres. Os lotes dessa quadra que antecem para a Rua Avaré são ocupados por casas residenciais obsoletas algumas abandonadas, e outras utilizadas por pequenas firmas prestadoras de serviços, contrastando com os imóveis do lado oposto da mesma rua, os quais por se situarem em zona de uso Z-2 puderam ser aproveitados com edificações de elevado padrão. Assim, na realidade, a única alteração efetiva ocorrerá, no tocante a imóveis que têm frente para a Rua Avaré, e mesmo um pequeno trecho de 50 metros aproximados. Ou seja, até a Travessa Caiapitanga. Contudo, as residências ali existentes não mais estão sendo utilizadas para fins residenciais, dado os ~~ma~~ inconvenientes rados pela proximidade da Faculdade de Arquitetura. A essas medidas, ... alterações de corredores de tráfego da Rua Itatiaia e Armando Penteado. Passou pela Comissão de Justiça, o Vereador Osvaldo Sampa foi o relator, é pela legalidade. Apresenta também um substitutivo nas para adequar a melhor técnica legislativa. E na Comissão de Urbanismo a Vereadora Tereza Lajolo é a relatora. Algum dos presentes tem interesse neste PL? (Pausa) Pois não.

PL A SRA. HIDELI - Sou assessora do Vereador Almeida Madeira e sou arquiteta. O projeto pretende alterar de zona de uso para Z-3 a quadra onde está situada a FAAP. Não é verdade que



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RÓDIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A47	2	emira	pol urbana	18 10.94	hideli	

pequenas diferenças entre uma zona de uso Z-2 e Z-3. Na zona de uso Z-2 o coeficiente de aproveitamento é um, quando na zona de uso Z-3 ele pode chegar a 4. Além do que, lá já está instalada a faculdade. E para uso institucionais existem leis específicas que podem elevar o coeficiente de aproveitamento, a utilização do terreno, enfim, próprio para edificações institucionais. Conhecendo o local, entendo que aquilo já está ~~em~~ muito ocupado e aproveitado gerando um problema sério no entorno, que é o problema de tráfego, do estacionamento. Então, aumentar a capacidade construtiva do lote é só gerar maiores problemas. E existe uma lei específica para isso, para instituição em Zona 2. Acho que já está pensado no assunto em relação à Faculdade.

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Quer dizer que não precisaria, se é que entendi, 'e é bom que se explique melhor, não precisaria mudar o zoneamento para eventualmente a faculdade aumentar?

A SRA. HIDELEI - Não sei. Eventualmente, essa faculdade está no limite do que é permitido pelo zoneamento e que com certeza não são os índices simplesmente de uma zona 2. São os índices de uma zona 2 aplicados a uma instituição que podem ser elevados. Já existe uma permissão maior para faculdade numa zona de uso Z-2. A segunda coisa é que a outra quadra, que é uma zona Z-1 também entendo ~~em~~ ser ~~um~~ absurdo ter uma proposta para zona de uso Z2. A única coisa que ~~se~~ poderia se colocar é que é um terreno imenso, uma casa maravilhosa com milhões de árvores, e que alguém esteja querendo construir al-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	34	do Proc.	
N.º	368	de 19	94
O Funcionário	PAULO		

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGrafo	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A47	3	emira	pol urbana	13.10.94	hideli	

guma coisa a mais em desacordo com a legislação de zoneamento. A casa está sendo usada provavelmente pela instituição, mas eu não vejo motivo para que aquilo se transforme de zona Z1 para Z2. Estão preservadas as características de zona 1 ali. As casas do entorno se estão deterioradas, elas estão deterioradas por causa do estacionamento do fluxo devido da faculdade. Que se a gente aumentar essas condições de ocupação, de polo gerador de tráfego, em vez de estar essa condição precária das casas do entorno pegarem as 3 ou 4 casas próximas aos imóveis, elas vão epgar as 30, 40 ou 50, um pouco mais além. É minha opinião.

A SRA. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Mais alguém quer fazer uso da palavra? Se ninguém mais quiser fazer uso da palavra, encerro a discussão d. Projeto 317/94, de autoria do Vereador Zé Índio. E vamos passar ao PL 167/94, de autoria do Executivo.

"Tenho a honra de encaminhar a V.Exa., acompanhado das respectivas disposição...(ininteligível)... Paulo Maluf. Dispõe sobre a competência da Secretaria Municipal do Planejamento, a Sempla, na hipótese que es-pecifica, e dá outras providências.

Art. 1º - A categoria de uso E4, usos especiais, relativa à instalação e funcionamento de órgão da Justiça Federal, poderá ser implantada em uma determinada zona de uso, desde que sua localização seja previamente aprovada pela Secretaria Municipal do Planejamento, que fixará as condições de ocupação, aproveitamento, recuo, gabaritos e outras, visando a sua compatibilização, arborização com o uso e paisagem circundante."

A exposição de motivos do presente projeto de lei dis-



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A47	4	emira	pol urbana	18.10.94	zulaie	

põe sobre a competência. A Secretaria Municipal do Planejamento no que concerne à categoria EA, usos especiais, relativo a instalação e funcionamento dos órgãos da Justiça Federal nas diversas zonas de uso do território do Município de São Paulo, se objetiva solucionar diferenças hoje existentes ... de matéria. As disposições atuais para zonas de uso criadas no período compreendido entre a Lei 7805, de novembro de 72 ~~até a Lei 8017, de janeiro de 73~~

Folha n.º	35	do Proc.
N.º	368	de 1994
O Funcionário		



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 36 do Proc.
No 368 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
1488	1	ant.	aud. publ	18.10.94		

até a Lei 9017, de dezembro de 79, restringem a competência da Secretaria Municipal de Planejamento na análise das categorias de uso E4, uso especiais, ao estabelecimentos recuos de frente, fundos e laterais. Entretanto a partir da Lei 9049, de 80, e demais leis posteriores para zona de uso criadas foi atribuída competência àquela secretaria para fixação também da taxa de ocupação e do coeficiente aproveitamento o que permite maior flexibilidade na implantação nesse tipo de uso. No que se refere ao projeto de lei que trata da instalação e funcionamento de órgãos da Justiça Federal que pretende construir a sede do Tribunal Regional Federal da 3ª região, atividade enquadrada como E4, a aplicação da legislação atual revelou-se incoerente em razão da diversidade de tratamento conferido pelas citadas leis, 7805, 9017 e 9049. Para sanar tal tipo de problema na distribuição e localização desses prédios públicos racionalizando a sua implantação, evidencia-se a necessidade da proposição ora submetida a essa Egrégia Câmara Municipal, corrigindo a distorção da legislação anterior.

Esse projeto passa pela Comissão de Justiça. O Vereador Murilo Antunes Alves é o Relator, pela legalidade. E na Comissão de Política Urbana a Vereadora Teresa Lajolo é a Relatora.

Se alguns dos presentes quiserem se manifestar.



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 37 do Proc.
U.º 363 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
448	1	ant.	aud. publ	18.10.94		

até a Lei 9017, de dezembro de 79, restringem a competência da Secretaria Municipal de Planejamento na análise das categorias de uso E4, uso especiais, ao estabelecimentos recuos de frente, fundos e laterais. Entretanto a partir da Lei 9049, de 80, e demais leis posteriores para zona de uso criadas foi atribuída competência àquela secretaria para fixação também da taxa de ocupação e do coeficiente aproveitamento o que permite maior flexibilidade na implantação nesse tipo de uso. No que se refere ao respeito a instalação e funcionamento de órgãos da Justiça Federal que pretende construir a sede do Tribunal Regional Federal da 3ª região, atividade enquadrada como E4, a aplicação da legislação atual revelou-se incoerente em razão da diversidade de tratamento conferido pelas citadas leis, 7805, 9017 e 9049. Para sanar tal tipo de problema na distribuição e localização desses próprios públicos racionalizando a sua implantação, evidencia-se a necessidade da proposição ora submetida a essa Egrégia Câmara Municipal, corrigindo a distorção da legislação anterior.

Esse projeto passa pela Comissão de Justiça. O Vereador Murilo Antunes Alves é o Relator, pela legalidade. E na Comissão de Política Urbana a Vereadora Teresa Lajolo é a Relatora.

Se alguns dos presentes quiserem se manifestar.



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 38 do Proc.
368 de 1974
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E48	3	ant	mod.pub	18.90.		

atender apenas a implantação de um empreendimento.

A SRª. ZULAIÊ COBRA RIBEIRO - Dou por encerrada a discussão,
nessa primeira audiência, do PL 167/94, de autoria do Executivo.

PL 900/93, do Executivo.

Dispõe sobre a criação da subcategoria de uso residencial R3-03, conjunto residencial horizontal, vila.

A categoria de uso R3, conjunto residencial, criada pelo art. 18, da Lei 8001, de dezembro de 73, com nova redação dada pelo art. 19, da Lei 8871 (?) de março de 79, passa a compreender também a subcategoria R3-03, conjunto residencial horizontal na forma disciplinada na presente lei.

O conjunto residencial horizontal do tipo R3-03, é aquele constituído por unidade habitacionais isoladas, agrupadas, geminadas ou superpostas em condomínio, _____



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 39 do Proc.
N.º 368 de 1994
O Funcionário

MODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A50	1	Raimundo	Com. Pol. Urb.	18-10-94		

.... sendo permitido nas zonas de uso que admitam o uso residencial.

Art. 2º - Conjunto Residencial horizontal, do tipo R3-03, somente poderá ser ~~implantado~~ implantado em lotes ou glebas com área igual ou inferior a 20 mil metros quadrados, devendo ainda atender às seguintes disposições:

Primeira - Cota mínima de terreno por unidade habitacional igual a $62,50m^2$, considerada a área total do terreno, devendo no caso da Zona Z-1, Z-14, Z-15, Z-8 e LDO(?), a cota mínima ser igual a ~~fa~~ área do lote mínimo exigido pela legislação para a zona de uso, atendidas quanto mais exigentes as restrições convencionais do loteamento.

Segunda - Previsão de espaços de utilização comum - ajardinados, arborizados, correspondentes a $5m^2$, por unidade habitacional. Previsão de, no mínimo, uma vaga ~~de~~ para estacionamento de veículo por unidade habitacional, podendo ela está situada na própria unidade em bolsões de estacionamento ou em subsolo.

Quarta - Acesso a cada unidade habitacional independente e através de via particular de circulação de veículos ou pedes- tres interna ao conjunto ...

Ah, é muito longo não dá para ler não. Bom, vamos ver



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º 40 do Proc.
SÃO PAULO, 18 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A50	2	Raimundo	Com. Pol. Urb.	18-10-94		

aqui a justificativa do Prefeito. " O presente projeto de lei objeti-
va criar uma nova alternativa de implantação de uso residencial no
Município de São Paulo. Para tanto, propõe-se a criação de uma um a
nova subdivisão na categoria de uso R3, conjuntos residenciais ou con-
junto residencial horizontal, que é vila; apesar dessa modalida-
de ser permitida pela legislação atual as regras a serem obedecidas
na implantação dos conjuntos horizontais são aquelas definidas para
os conjuntos verticais, com exigências coerentes, com o adensamento
obtido e que resultam em excessivas para os pequenos conjuntos horin-
izontais, chegando até inviabilizá-lo. Para tanto, a proposta intro-
duziu a figura de cota de terreno por unidade habitacional, e deter-
mina o número máximo de unidades habitacionais a serem construídas*
em determinado terreno, controlando assim o adensamento a ser alcança-
do pelo conjunto.

Considerando que o controle do adensamento é funda-
mental para a manutenção das características urbanísticas e ambien-
tais das horizontais estritas e de predominância residencial a cota
de terreno por unidade habitacional será igual ao lote mínimo exigido
pela legislação vigente, ressalvadas as exigências maiores das res-
trições convencionais.



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no	41	do Proc.
Nº	368	de 19
O Funcionário	[Signature]	

MODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A50	3	Raimundo	Com. Pol. Urb.	18-10-94		

Para garantir o equilíbrio ambiental, sem contudo inviabilizar os pequenos conjuntos, foi prevista uma reserva de área verde, por unidade habitacional, que auxiliará a manter um padrão mínimo nos conjuntos mais densos.

A inexistência de uma taxa de ocupação obrigatória, que poderá surpreender os mais ortodoxos, é fundamental para a viabilização dos conjuntos horizontais.

O coeficiente de aproveitamento de conjuntos horizontais dessa natureza dependerá muito dos partidos arquitetônicos adotados e a proposta procurou não dificultar tais projetos, permitindo que em zonas ~~verticalizáveis~~ verticalizáveis os conjuntos utilizem o ~~mesmo~~ ~~coeficiente~~ coeficiente de aproveitamento máximo de 2, mesmo que tal valor ~~se~~ nunca seja alcançado, haverá uma maior liberdade para projetos nessas zonas, facilitando e tornando mais interessantes, sob o ponto de vista econômico a utilização de terrenos com dimensões impeditivas de verticalização.

Em resumo, a propositura pretende alterar o enfoque comumente dado às exigências normativas municipais, restringindo-se àquelas julgadas ~~essenciais~~ essenciais(?) sob o ponto de vista urbanístico e deixando os demais aspectos arquitetônicos a juízo dos projetistas.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha no 42 do Proc.
Nº 368 de 1994
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A50	4	Raimundo	Com. Pol.Urb.	18-10		

E ficar enfatizado que no presente projeto foram utilizados parâmetros ~~ex~~ já existentes para a categoria do uso R3.

É importante que o citado texto teve a manifestação favorável da Comissão Normativa de Legislação Urbanística, da Secretaria Municipal de Planejamento.

O projeto passou pela Comissão de Justiça. O Vereador Murillo Antunes Alves foi o Relator e é pela legalização.

Na presidente Comissão de Política Urbana a Vereadora Aldaíza Sposati é a Relatora.

Alguém quer fazer uso da palavra ~~x~~ ou não deu tempo de ~~se~~ acompanhar? Se ninguém ~~quiser~~ quiser fazer uso da palavra, está encerrada a discussão. Todos esses projetos têm audiência pública no dia 08. Portanto, se alguém ~~x~~ quiser se manifestar na próxima.

Agora, vamos discutir o projeto de lei 372/94, do Vereador Nelo Rodolfo. Que transforma em zona de uso Z3 parte da Zona de uso Z-8001, ocupação de solo de área situada no distrito da Penha.
(Pausa)

Art. 1º - Exclui a Zona de uso Z-8001, cujo perímetro é descrito no quadro nº 8 do anexo da Lei 8.769/78.

Art. 2º - A área que se refere ao artigo anterior



CAMARA MUNICIPAL DE SÃO
— TAQUIGRAFIA —

Folha nº 43 do Proc.
Nº 368 de 1924
PAULO
O Funcionário

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A50	5	raimundo	Com. Pol.Urb	18-10		

passa a integrar a Zona de uso Z-3.

A justificativa do autor é para adequar esta parte da região da Penha à realidade hoje existente. Essa região é cercada pelo corredor Z-8UR, área sem destinação de ruas, onde existem inúmeras residências e loteamentos. Visa, inclusive, estabelecer nessa área maior desenvolvimento habitacional, uma vez que a construção de residências em nada afetará a preservação ambiental hoje estabelecida.

Na Comissão de Justiça o Vereador Osvaldo Sanches foi o Relator e é pela legalidade, apresentando um substitutivo.

~~Assinatura do Relator~~



CAMARA MUNICIPAL DE SAO PAULO
— TAQUIGRAFIA —

Folha n.º	44	do Proc.
n.º	368	de 19 94

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSAO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
A51	1	morg.	Aud. pública	18.10.94		

Na Comissão de Política Urbana, a Vereadora Aldaíza Sposati é a relatora. Se alguém quiser fazer uso da palavra... (Pausa.) Dou por encerrada a discussão, do presente PL 372/94, aguardando segunda-audiência.

Dou por encerrada, então, a presente audiência pública.

Folha n.º	44	do Proc.
N.º	368	de 19 94
O Funcionário		



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	45	do	1994
	368		

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE

COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA METROPOLITANA
E MEIO AMBIENTE.

Presidente: Sra. Vereadora Zulaiê Cebra Ribeiro

Membros : Srs. Vereadores

Aldaíza Spesati

Antonio de Paiva Monteiro Filho

Bruno Feder

Tereza Cristina de Souza Lajele

Emílio Meneghini

Faria Lima

Audiência Pública sobre os PLs 290/94 e 900/93 ,realizada
no Auditório "Oscar Pedrese Horta", da Câmara Municipal de
São Paulo em 08 de novembro de 1994.

Solicitante: Sra. Vereadora Zulaiê Cebra Ribeiro

(S/Memo.)



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 46	do 5122
Mo. 368	de 19. 94

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ADARTE
E13	1	Norma	Aud. Pública	08.11.94		

O SR. PRESIDENTE (Antônio de Paiva Monteiro Filho) -
mais uma audiência pública que pelo Regimento Interno os prazos estão
se findando e há necessidade que a gente faça a audiência pública.

Eu vou pedir ao Secretário da Comissão de Política Urbana que faça a
leitura dos projetos, e os presentes que desejarem se manifestar estão
autorizados.

O SR. SECRETÁRIO - Bom, inicialmente temos o projeto
PL 290/94, de autoria do Vereador Gilberto Kassab. O projeto dispõe
sobre a transformação em zona de uso Z10 parte da zona de uso Z1-012.
Justificativa do autor: " O perímetro descrito no artigo 1º do presente
projeto de lei, que engloba parte da zona de uso Z1-012, possui carac-
terísticas diversas e incompatíveis ao uso estritamente residencial
ditado para as zonas Z1, onde ora se encontra. Também deve ser aponta-
do o fato de que a mencionada área se encontra próxima da Avenida
9 de Julho, da Cidade Jardim, e de outras de grande tráfego, tendo es-
se fato tornado a região receptora de atividades em conformidade com
as instaladas nas zonas Z-18, embora não regularizadas.".

A posição da Comissão de Justiça foi pela legalidade.

Observações sobre a propositura: a zona de uso Z18 é
uma espécie de zona de transição, já que possibilita a obtenção de gra-
dação de usos e de densidade de ocupação do solo em áreas em limítrofes



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	45	de	100
n.º	368	de	1994
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
13	2	Norma	Aud. Pública	08.11.94		

às zonas de uso Z1, sem, contudo, estabelecer bruscas e incompatíveis avizinhamentos e deterioração da qualidade de vida local. Já foi realizada uma audiência pública em outubro de 94, onde houve a participação de uma pessoa interessada na alteração proposta, tendo a mesma se manifestado que o trecho abrangido pela propositura faz parte de um contexto diferente daquele no qual estão incluídas as zonas Z1, já que o fluxo de trânsito que por este passa descaracteriza a sua inclusão em zona Z1."

Bom, o projeto está em discussão.

O SR. PRESIDENTE - Alguns dos senhores e senhoras presentes desejam fazer uso da palavra ? -(pausa)- Não havendo ninguém interessado em se manifestar... Por favor.

O SR. SECRETÁRIO - Houve uma questão sobre qual o perímetro da zona; portanto a zona que fica excluída de Z1 começa na confluência da Cidade Jardim com a Av. 9 de Julho, segue pela Av. Cidade Jardim, Praça do Vaticano, Rua Rússia, Praça Coração de Maria, e Av. 9 de Julho, até o ponto inicial. É o triângulo formado por Av. 9 de Julho, Av. Cidade Jardim e Rua Rússia.

O SR. JOSÉ ALCANTARA MACHADO - Boa-tarde. Venho como munícipe, e acho importante essa mudança porque a área, na verdade, já



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	48	do proc.	
R.A.U.L.O.	368	de 19	94

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
F13	3	Norma	Aud. Pública	08.11.94		

é uma ZlB, quer dizer, já tem, toda a região já é comercial com consultórios, dentistas, agências de propaganda, galerias de arte, então, na realidade, já é uma área comercial, então por que não legalizar ? É isso. É importante essa mudança.

O SR. PRESIDENTE - ~~HHH~~ Este projeto aqui é a primeira audiência pública ? Segunda. E pedimos ao interessado, se pudesse juntar alguns documentos de algumas entidades, abaixo-assinado dos moradores, para fortalecer mais o encaminhamento do projeto.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA MACHADO - É, já foi feito isso.

O SR. PRESIDENTE - Não sei, mas não está juntado.

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA MACHADO - Não está juntado ? Inclusive nós temos um abaixo-assinado favorável à mudança.

O SR. PRESIDENTE - Seria bom que vocês entregassem à Comissão de Política Urbana.

O SR. SECRETÁRIO - Onde foi entregue o abaixo-assinado ?

O SR. JOSÉ ALCÂNTARA MACHADO - Foi entregue no gabinete do ~~DESENHADOR~~ Vereador Gilberto Kassab, que nos está assessorando nesse projeto. -(aparte fora do microfone)- Tudo bem.

O SR. PRESIDENTE - Não havendo mais ninguém para se manifestar em relação a esse projeto, passaremos ao seguinte.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	43	de proc.	363	de 19	94

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABARTE
EL3	4	Norma	Aut. Pública	08.11.94		

O SR. SECRETÁRIO - O segundo projeto é o PL 900/93, de autoria do Executivo. Resumo do projeto: "O projeto dispõe sobre a criação da subcategoria de uso residencial R3-03, conjunto residencial horizontal, vila. O referido conjunto poderá ser implantado em lotes ou glebas, com área igual ou inferior a 20 mil metros quadrados, devendo ainda atender às seguintes disposições: 1ª - quota mínima de terreno por unidade habitacional igual a $62.5 m^2$, devendo, no caso das zonas Z1, Z14, Z15 e Z8-100 a quota mínima ser igual à área do lote mínimo exigido pela legislação para zona de uso, atendidas, quando mais exigentes, as restrições convencionais do loteamento. 2ª - Previsão de espaço de utilização comum, ajardinados e arborizados, correspondentes a cinco metros quadrados por unidade habitacional. 3ª - Previsão de, no mínimo, uma vaga para estacionamento de veículos por unidade habitacional, podendo ela estar situada na própria unidade, em bolsão de estacionamento ou em subsolo. 4ª - Acesso a cada unidade habitacional independentemente e através de via particular de circulação de veículos, ou de pedestres, internas ao conjunto. O coeficiente de aproveitamento máximo do conjunto residencial horizontal R3-03 será aquele definido para diferentes zonas de uso, não havendo restrições quanto à taxa de ocupação. Nas zonas de uso Z2, Z11, Z13, Z17 e Z18,



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	59	do proc.	
n.º	368	de 19	94

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E14	1	Norma	Aud. Pública	08.11.94		

o projeto do conjunto poderá adotar o coeficiente de aproveitamento máximo de 2, sem restrição de taxa de ocupação. Temos ainda que para esse tipo de conjunto R3-03, somente será permitido para a implantação de unidades habitacionais, não sendo ~~admitida~~ ^{admitida} ~~instalação~~ instalações de outros usos. Aplicam-se ao referido as disposições do artigo 39 da lei... 8.001/73, com a redação dada pela lei 9.846/85, referentes ao dimensionamento dos lotes, ~~recuos~~ recuos, taxa de ocupação, coeficiente de aproveitamento, número de pavimentos e altura. Finalmente, o projeto de implantação do conjunto R3-03 deverá prever: 1 - arborização e tratamento das áreas comuns, não ocupadas por edificações; 2 - drenagem das águas pluviais; 3- sistemas de distribuição de água ^{de} e coleta ~~de~~ e disposição de águas servidas e esgotos; 4- local para a coleta de lixo."

Posição da Comissão de Justiça, pela legalidade.

Justificativa do autor: " O projeto apresentado visa criar uma nova alternativa de implantação de uso residencial no Município de São Paulo. As regras a serem obedecidas na implantação dos conjuntos horizontais ~~R3~~ R3-01 e R3-02 são aquelas definidas para os conjuntos verticais, com exigências coerentes com o adensamento obtido e que resulta excessiva para os pequenos conjunto horizontais, che-



RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. AFANTE
EL4	2	Norma	AUD: Pública	08.11.94		

chegando até a inviabilizá-los. Conclui-se que a solução vertical foi privilegiada em detrimento da horizontal, já que proporciona maior volume de área construída, maior flexibilidade para projetos e conseqüentemente maior rentabilidade para os empreendimentos. ”.

Observações sobre a propositura: Já foi realizada uma audiência pública em 18.10.94, não tendo sido registrada nenhuma manifestação por parte dos presentes. O projeto, como é dito na justificativa apresentada, objetiva criar uma nova alternativa de implantação de uso residencial no Município.

O SR. PRESIDENTE - Indagamos aos presentes se há interessados em se pronunciar. Por favor.

A SRA. INAH WANG (?) - Faço parte do Movimento Voto Consciente. Eu queria saber o seguinte: se no projeto, quando diz que é só para unidades habitacionais, se isso exclui então, digamos, escritórios pequenos, enfim, seria exclusivamente residencial ? É isso que quer dizer ?

O SR. SECRETÁRIO - Exclusivamente residencial porque é R3, que é residencial.

A SRA. INAH WANG - Detritamente residencial. E outra coisa: nessas vilas que existem hoje, isso permite alguma alteração ?



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	32	da pág.	34
P.º	32.8	de 19	94

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
14	3	Norma	Aud. Pública	08.11.94		

Digamos que exista uma vila onde a área ocupada é menor do que o que permite essa lei; aquilo que existe também, incide, quer dizer, incide também sobre aquilo que já existe? Pode ser feita uma ocupação maior das áreas que já existem, ou não?

O SR. SECRETÁRIO - Bom, eu tenho a impressão de que este projeto é independente daquele de conjuntos-vilas. É isso que a senhora está perguntando?

A SRA. LIAH WANG - É, é isso que eu estou dizendo.
Não tem nenhuma...

O SR. SECRETÁRIO - Não tem relação com aquele.

A SRA. LIAH WANG - Ah, então está bom, era isso.

Obrigada.

O SR. HORÁCIO GAVANNEZZE - Boa-tarde, eu queria ~~me~~ alertar a Comissão para o fato de que já existe uma lei aprovado, a Lei 11.605, inclusive em fase de regulamentação, sobre os conjuntos-vila. Essa lei já está aprovada, e eu pergunto se não caberia, por parte da Comissão, uma ~~interpelção~~ interpelação ao Executivo perguntando como é que fica, porque, na verdade, quer dizer, tem algumas pequenas diferenças, mas efetivamente a outra lei também regulamenta R3-03, não é? E essa fase, ela já é uma lei, e está em fase de regulamentação.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	53	do	proj.
Art.º	368	de	1984

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL4	4	Norma	Aud. Pública	08.11.94		

O SR. MAURÍCIO FARIA - Boa-tarde aos Colegas da Comissão e a todos os presentes, eu ~~EXEMPLAR~~ insistiria na conveniência de uma consulta ao Executivo a respeito desse projeto de lei, porque na verdade a lei aprovada o foi após ~~EXEMPLAR~~ consulta ao Executivo, o Executivo foi consultado, opinou, e o produto final, ou seja, o substitutivo aprovado contava com o aval, com o apoio do Executivo, tanto que a lei foi sancionada, e já levava em conta, inclusive, os termos desse projeto de lei, o projeto de lei anterior foi colocado em votação porque ora aquele que no momento já tinha condições de pauta, estava mais avançado no processo de tramitação legislativa, e estando em condições de pauta ele, para a votação final, - e eu frisaria isso - insistiria nisso - houve consulta ao Executivo levando em conta que existia um projeto de lei do Executivo apresentado em tramitação na Câmara. Então acho que seria conveniente, para não ficarem duas leis sobre a mesma matéria, a tramitação de um projeto de lei que versa sobre matéria já legislada, que houvesse uma consulta ao Executivo sobre inclusive a conveniência, ou não, do Executivo, a oportunidade, ou não, da retirada desse projeto de lei.



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 54 de 19 34
368

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL5	1	vand	orçamento	8.11.94		

O SR _____ Sr. Verendor, dada as suas observações, entendemos que a sua lei abrange o espírito da iniciativa do Executivo. Na realidade, em nome da comissão, não me oponho à Vereadora Aldaíza ~~Mar~~ Sposati que mantém essa consulta ao Poder Executivo reiterando a falta de elemento legislativo no sentido de que ela possa prosperar. Dessa forma a comissão, se não existe nenhuma posição, encaminha dessa forma.

Ninguém se manifestará mais sobre esse projeto de lei? (Pausa) Então, podemos passar para o próximo.

O SR _____ O próximo projeto é o PL 167/94, de autoria do Executivo. Dispõe sobre a competência da Secretaria Municipal do Planejamento, Sempla, De acordo com a propositura a categoria E-4, uso especiais, relativo à instalação e funcionamento de órgão da Justiça Federal, assim enquadrado pelo Decreto 34114/94, poderá ser implantado em uma determinada zona de uso, desde que sua localização seja previamente aprovada pela Secretaria Municipal de Planejamento que fixará as condições de ocupação e aproveitamento, recuos, gabaritos e outros visando sua compatibilização e harmonização com o uso e paisagens circundantes. Justificativa do autor. As disposições atuais para uso das zonas criadas no período compreendido entre a Lei 7.805/72 e a Lei



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	368	do proc.	de 19	94
AULO				

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E15	2	vand	orçamento	8.11.94		

9017/79 restringe a competência da Secretaria Municipal de Planejamento na análise das categorias de uso Z-4, especiais, aos estabelecimento de recuos de frente e fundo e laterais. A Comissão de Justiça deu pela legalidade. Observações sobre a propositura.)

O Decreto 34.114/94 dispõe sobre o enquadramento da categoria E-4, uso especiais, as atividades dos órgãos da Administração Federal relativo à instalação e funcionamento de Tribunais Federais. Foi realizada uma audiência pública onde houve a participação da Sra. Adeli, arquiteta assessora do Vereador Arnaldo Madeira, tendo a mesma comunicado que o Vereador entrou com um projeto de decreto legislativo que busca regogar o Decreto 34.114/94, já que esse decreto enquadrou uma categoria com características como E-2 ou E-3 e não como E-4. ~~Segundo~~ Segundo seu entendimento tal enquadramento deveria ser proposto através de um projeto de lei a ser submetido a uma votação. Se o entendimento do Executivo com a aprovação da propositura é de que haverá nova flexibilidade para implantação desse uso, Tribunais Federais, nas diversas zonas, sempre que eles forem analisados por Sempla. Entende-se que o mesmo deveria propor um projeto de lei em que todos os Z-4 deverão ser totalmente analisados por Sempla e não somente o proposto, pois dessa forma dá entendimento de ser uma proposta



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha nº	368	do 19	94
ORADOR		CONT. APARTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E15	3	vand	orçamento	3.11.94		

casuista. Houve uma dúvida levantada pela arquiteta Adeli dizendo que os Tribunais Federais deveriam ser enquadrados como mona de uso E-3 e não E-4. Porém, como existe um decreto do Prefeito, existe a validade. O que se poderia ter feito é entrar com mandado de segurança ou medida judicial, mas enquanto o decreto está em vigor, deve estar sendo respeitado. Outras mudanças de uso têm sido aprovadas por resoluções, nem mesmo por decretos.

A SRA ADELI - O que tento colocar nessa questão é que as categorias de uso são definidas por lei. Existe os quadros das categorias de uso onde são detalhados as subcategorias que são definidas por decreto. É muito clara a Lei 7.805 quando fala que os órgãos da Administração Pública enquadram-se nas categorias E-2 ou E-3. Não entendo como um decreto do Prefeito pode alterar essa lei colocando um órgão da Administração Pública na categoria E-4.

O SR A senhora acha que caberia uma medida judicial contra esse decreto?

A SRA ADELI - Como falei, o Vereador elaborou um PL sustando, mas isso não está aprovado.

O SR No que pese a argumentação da



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º <u>57</u>	do proc. n.º <u>308</u>
de 19 <u>94</u>	

RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El5	4	vand	orçamento	8.11.94		

arquiteta, julgamos que procedem as suas dúvidas e a comissão solicitará maiores informações baseadas nas suas teses ao Executivo.

O SR O próximo projeto de lei é de nº 317/94, de autoria do Vereador Zé Indio Ferreira do Nascimento, que dispõe sobre normas de alteração de uso e ~~em~~ ocupação do solo em áreas situadas no Pacaembu. São as seguintes: quadra 96 do setor fiscal 11, compreendidos entre as ruas Itatiara e Armando Penteado, Alagoas e Eng. Edgar Egidio de Souza, sendo que essa área ficará excluída da zona de ~~E~~ E-2 e passará a ~~ser~~ integrar a zona E-3. A quadra 97 do setor fiscal 11, compreendido entre as ruas Armando Penteado, Alagoas, Ceará, Avaré e a Travessa Caiapitanga. Essa área deverá ficar excluída da zona ~~Z~~ Z-1 e passará a integrar a zona Z-2. Os corredores de uso especial Z-8CR1 estabelecido no quadro 8J da Lei 9411/81, Itatiara e Armando Penteado, no trecho entre as ruas Itapolis e Alagoas, passam a ser corredor de uso especial Z-8CR4. Justificativa do autor. A quadra 96 é ocupada em sua quase totalidade pelo estabelecimento de ensino superior, Faap, sendo que mudança de Z-2 para Z-3 permitirá que a referida fundação applie e modernize sua faculdade de arquitetura. Já a quadra 97 na qual se busca transformar a



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	58	do ano	1994
PAULO	263	de 19	94

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El6	1	vand	orçamento	8.11.94		

zona Z-1 para Z-2 é contornado por 2 corredores de tráfego de movimentação intensa, corredores Z-8CR1 e Z-8CR4. Comissão de Justiça pela legalidade com substitutivo para adequar o projeto a melhor técnica legislativa. Observações sobre a propositura. Já foi realizada uma audiência pública tendo havido na mesma a participação da arquiteta Sra. Adeli, assessora do ~~Atual~~ Vereador Arnaldo Madeira, ~~quando~~ tendo esta lembrado que para uso institucional existem leis específicas que ~~interditam~~ permitem elevar o coeficiente de aproveitamento e que o local está muito ocupado e aproveitado já gerando problema de tráfego no interno tendo em vista que a faculdade é um ~~po~~ polo gerador de tráfego. Se for permitido o aumento da capacidade construtiva, como irá acontecer caso se aprove a propositura, isso gerará ainda maior problema de tráfego na região.

O SR Ninguém se manifesta então consideramos lido.

O SR O próximo projeto de lei é o 344/94, de autoria do Vereador Antonio de Paiva Monteiro Filho. O projeto modifica o zoneamento de Z-2 para Z-3 de área situada na região de Água Rasa, zona leste, delimitada pelo perímetro da propositura. Esse perímetro começa na confluência da



RODIZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El6	2	vand	orcamento	8.11.94		

Av. Água Rasa com a Rua Regente Feijó, segue pela Regente Feijó, Rua Guandu, Rua Ebateguara, Av. Regente Feijó, Rua Oiti, Rua Maria Adelaide, Ruas Pico Negro, Bom Jesus, Baguaçu, Pantojo e ~~até~~ Água Rasa até o ponto inicial. Justificativa do autor. O enquadramento como Z-2 faz com que a área fique congelada, já que não são permitidas construções com coeficiente de aproveitamento máximo permitido na Z-3 apesar da área em questão está ~~mantida~~ contigua a uma zona desse último tipo. A posição da Comissão de Justiça foi pela legalidade tendo apresentado substitutivo apenas para adaptar o projeto à melhor técnica legislativa.

0 SR Algum se inscreve?

(Perusa)

O SR RONALDO DEGOVANI - Como morador da região

gostaria de ratificar a minha posição da sessão passada no sentido de que não se mantenha um substitutivo apresentado a esse projeto porque ele está mais complicando do que ajudando, pois no fundo ele não altera o perímetro original, ele subtrai uma área para depois voltar a incluí-la. A minha posição está ratificada por abaixo-assinado por sociedade amigo de bairro no sentido de se manter o projeto original.

0 SR Menno porque o substitui-



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º 368 do proc. 94
Adm. 19

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
El6	3	vand	orçamento	8.11.94		

tivo alterou o perímetro.

O SR _____ Não, ele altera e depois ele volta a incluir a mesma área.

O SR _____ Quando ele substituiu a Rua Ibatequara pela Av. Abel Ferreira, ele mudou o perímetro da área visada.

O SR _____ A Abel Ferreira, se não me engano pega um pequeno trecho. Mas se se analisar com mais detalhe ele volta a incluir a mesma área. O substitutivo não altera o perímetro original.

O SR _____ Altera. Será levada em conta a sua observação.

O SR EMILIO MENEGLINI JR. - Quanto a esse projeto quero deixar registrado o nosso objetivo de que o traçado original seja mantido e que não haja essa ~~muita~~ modificação ora declarada pelo senhor. O objetivo é que se mantenha o original.

O SR _____ O próximo projeto é o PL 372/94, de autoria de Nelo Rodolfo, que dispõe sobre a transformação da zona 7-3, parte da zona 7-8001. Justificativa do autor. A presente propositura visa adequar essa parte da região da Penha à realidade hoje existente, dizendo que a região hoje é



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
-TAQUIGRAFIA-

Folha n.º	63	do total	94
PAULO		19	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
E16	4	vand	orçamento	8.11.94		

cercada por corredor Z-80R e áreas sem destinado de ruas onde existem inúmeras residências. Por fim, entende o autor, que a propositura visa a estabelecer nessa área maior desenvolvimento habitacional, uma vez que a construção de residências em nada afastará a preservação ambiental hoje estabelecida.

Essa área situa-se na Penha no setor 129.

O SR _____ se não há nenhum inscrito...

O SR _____ As zonas Z-3 foram instituídas pela Lei 7.688/71. E para esta era ditado que a taxa de ocupação do solo não poderia ser superior meio e o coeficiente de aproveitamento nunca superior a 2. Já a constituição da Lei 7805/72, o coeficiente de aproveitamento passou a ser 2,5 tendo sido mantida a taxa de ocupação de meio. Vide quadro 2, anexo à Lei 7805/72. A Lei 8001/73, alterou algumas características do quadro 2, instituindo o quadro 2-A, onde para a categoria Z-3 institui a categoria permitida como sujeita a controle especial a categoria C-3, comércio atacadista. Já o artigo da Lei 7805/72 alterado pelo art. 18 da Lei 8801/79 dita para as zonas Z-3 que o coeficiente de aproveitamento do lote poderá ser aumentado até o máximo de 4 desde que a taxa de ocupação utilizada seja



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

do proc. n.º 2681 de 19 94
ORADOR
CONT. APARTE

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
117	1	vand	orçamento	8.11.94		

inferior ao máximo permitido para a zona na proporção estabelecida por fórmulas dadas na lei. Como se pode notar as zonas 2-3 permitem grande adensamento de suas áreas, algo que deve ser levado em conta ao se alterar uma zona, em específico uma zona 2-3 já que estas são de uso especial com taxa de aproveitamento de lote estabelecido para cada uso específico, conforme dita o art. 22, da Lei 7688/91.

O SR _____ Alguém se interessa em discutir esse projeto? Não. Passamos ao próximo.

O SR _____ PL 368/94, de autoria do Vereador Coamo Lopes, que dispõe sobre alteração de normas de uso e ocupação de solo em áreas localizadas no distrito de Tremembé. O perímetro compreendido pela mudança é o seguinte: Começa na Rua Dr. Vicente, esquina com a Av. Maria Amália Lopes Azevedo, segue por esta até a divisa de imóvel de propriedade da Curia Metropolitana de São Paulo, Igreja de São Pedro com propriedade particular formada pela Rua Raul Vicente e Av. Maria Amália Lopes de Azevedo, segue pela divisa lateral do imóvel da Igreja de São Pedro até a divisa dos fundos, segue por esta até a divisa de imóvel de propriedade do Colégio Santa Germa, segue por divisa lateral até Rua Raul Vicente acompanhando esta até



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	63	do livro	94
R. PAULO	368	de 19	94

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. APARTE
EL7	2	vand	orçamento	8.11.94		

divisa de propriedade do Colégio Santa Gemma com imóvel contíguo, seguindo por esta até a Rua Antonio Pestana, prosseguindo do outro lado desta pela divisa do terreno da Escola Estadual de 1º Grau Arnaldo Barreto até os fundos, segue por essa linha até divisa do centro ~~municipal~~ comunitário do Lions Club de São Paulo, Tremembé, segue por essa divisa até um Dr. José Vicente, prosseguindo por esta até o cruzamento da Av. Maria Amalia Lopes de Azevedo ponto inicial do perímetro. A posição da Comissão de Justiça foi pela legalidade.

O SR ARNALDO BEHETOLA - Sou do Lions Club do Tremembé, diretor. Já na primeira audiência trouxemos nosso apoio ao projeto porque ele consagra a conveniência da região. E estaremos entregando hoje à Comissão de Zoneamento o material da região que endossa essa proposta como conveniente porque ela não traz nenhum aspecto novo, mas a adequação da situação de fato à situação legal. Não é nenhuma alteração do sistema de uso, mas adequar o uso já feito à legislação de zoneamento.

O SR _____ Ninguém mais está inscrito.
O próximo projeto.

O SR _____ PL 351/94, de autoria de Antonio de Paiva Monteiro Filho, dispõe sobre alteração de normas de



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
- TAQUIGRAFIA -

Folha n.º	263	do livro	949
n.º		de 19	94
ORADOR		CONT. ABASTE	

RODÍZIO	FOLHA	TAQUIGRAFO	SESSÃO	DATA	ORADOR	CONT. ABASTE
17	3	vand	orçamento	8.11.94		

uso e ocupação de solo, ampliando a zona de uso Z-3 129. O novo perímetro é descrito a seguir. Começa da confluência da Rua Dante Pelacani com a Rua Demetrio Ribeiro, segue pelas Ruas Demetrio Ribeiro, Barão de Cerro Largo, Itapeti, Monte Serzat, Antonio Carmo, Francisco Marengo, Pedreira de Freitas, Apucarana, Lucilla de Queiros, Pe. Landel de Moura, Francisco Zicadi, Prof. Jerônimo Azevedo, Quando Marechal Barbacena, Dante Pelacani até o ponto inicial. A Comissão de Justiça deu pela legalidade apresentando substitutivo a fim de adequar o projeto à melhor técnica legislativa.

O SR. _____ Algum inscrito? Está encerrada a presente audiência. Obrigado.



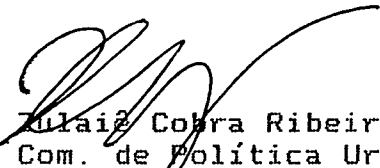
Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 65 do Proc.
N.º 368 de 1974
Funcionário

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

A fim de embasar posição desta Comissão à respeito do PL 368/94, de autoria do nobre Vereador Cosme Lopes, que altera normas de uso e ocupação do solo em área situada no Distrito do Tremembé, solicitamos encaminhamento do presente ao Executivo para que este, através dos seus órgãos técnicos, possa fornecer-nos subsídios quanto à viabilidade do pretendido.

em 24/11/94


Vereadora Tulaia Cobra Ribeiro
Presidente da Com. de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro


Vereador Miguel Colasuonno
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo

A

LEG 3 - Senhora Chefe
Por solicitação do Sr. Presidente,
para providências.
SP., 30/11/94

CARFANO DEL CIOFFO
Chefe Cab. Presidência
Reg. 22.272

RECEBIDO EM LEG. 3

30/11/94

18:50h

Sr. Paulo.

Oficiar ao Executivo, solicitando informações
para a comissão de Política Urbana, Metropolitana e
Meio Ambiente.

01/12/94



ANGELA FORDIN ANDREON
Chefe de Seção Técnica I

Sra. Chefe.

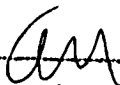
Providenciado conforme o despacho de V.Sa..

01/12/94



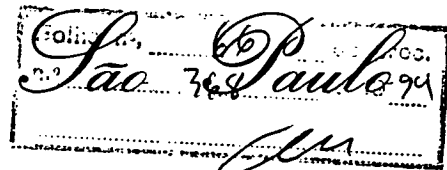
PAULO M. DE PAULA
Oficial Legislativo

SEGUE m juntado 5, nesta data
documento 5 e papel de informação
rubricado 5 sob folha 5 n.º 66-71
Em 107/12/94





Câmara Municipal de



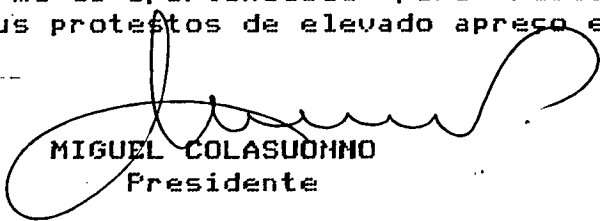
São Paulo, 05 de dezembro de 1994.

DT7-LEG3
OFICIO N.300512/94

Senhor Prefeito.

Em atenção ao requerido pela Douta Comissão de Política Urbana Metropolitana e Meio Ambiente, nos termos do artigo 68 do Regimento Interno, encaminho a Vossa Excelência cópia do Projeto de Lei nº 368/94, de autoria do Vereador Cosme Lopes - que dispõe sobre a alteração de normas de uso e ocupação do solo, em área localizada no Distrito do Tremembé - solicitando-lhe se digne determinar providências, no sentido de que nos envie subsídios para que a referida comissão possa emitir parecer a respeito.

Valho-me da oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.


MIGUEL COLASUONNO
Presidente

Anexo: Cópias xerográficas do P.L. 368/94, e do despacho da comissão solicitante.

A Sua Excelência o Senhor
Engenheiro Paulo Salim Maluf
Digníssimo Prefeito do Município de São Paulo.

Z.a.



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	368	de proc.	94
n.º	368	de 19	94

LIDO HOJE
ÀS COMISSÕES DE 10 AGO 1994

PROJETO DE LEI Nº

01 - PL
01-0368/94-9

CONSTITUICAO E ORGANIZACAO
POLITICA MUNICIPAL
ATV. ECONOMICAS E FINANCEIRAS
FINANCIAMENTO E ORCAMENTO

Dispõe sobre a alteração de normas de uso e ocupação do solo, em área localizada no Distrito do Tremembé.

PRESIDENTE

A Câmara Municipal de São Paulo decreta:

Art. 1º - Fica excluído da zona de uso Z1-030, cuja descrição de perímetro consta no Quadro 8 J, anexo a Lei nº 9.411, de 31 de dezembro de 1981, a área abaixo definida:

- Começa na Rua Dr. José Vicente, esquina com a Av. Maria Amália Lopes de Azevedo, segue por esta até a divisa do imóvel de propriedade da Cúria Metropolitana de São Paulo - Igreja de São Pedro com a propriedade particular no ângulo formado pela Rua Raul Vicente e Av. Maria Amália Lopes de Azevedo; segue pela divisa lateral direita do imóvel da Igreja de São Pedro até a divisa dos fundos; segue por esta até a divisa com o imóvel de propriedade do Colégio Santa Gema; segue pela divisa lateral deste até a Rua Raul Vicente; acompanhando esta até a divisa de propriedade do Colégio Santa Gema com o imóvel contíguo, seguindo por esta até a Rua Antônio Pestana, prosseguindo do outro lado desta pela divisa do terreno da Escola Estadual de Primeiro Grau "Arnaldo Barreto" até os fundos; segue por essa linha até a divisa do terreno do Centro Comunitário do Lions Clube de São Paulo - Tremembé; segue por esta divisa até a Rua Dr. José Vicente; prosseguindo por esta até o cruzamento com a Av. Maria Amália Lopes de Azevedo, ponto inicial da descrição do perímetro.

Art. 2º - O perímetro definido no artigo anterior, passa a integrar a zona de uso Z 9-003, cujo perímetro/é descrito no Quadro 8 J, anexo a Lei nº 9.411, de 31 de dezembro de 1981.



Câmara Municipal de São Paulo

Processo n.º	68	do P.º
Ass. n.º	368	da 19.ª
<i>Am</i>		

Folha n.º	3	de proc.
n.º	368	da 19.ª
<i>Am</i>		

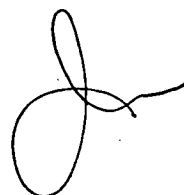
Art. 3º - As despesas decorrentes da execução desta lei correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Sessões, 1º em agosto de 1994.


COSME LOPES
~~VEREADOR~~

LHF/vms.





Câmara Municipal de São Paulo

Folha nº	69	do proc.
nº	368	de 19 94

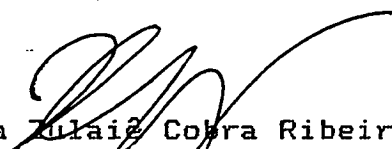
Folha n.º	65	do Proc.
N.º	368	de 19 94

EXMO. SR. PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

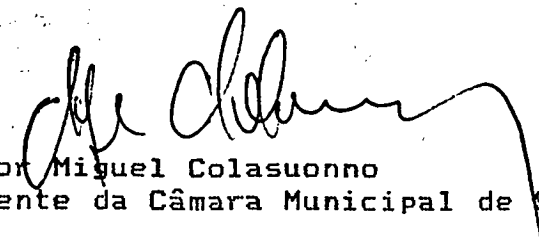
RECEBIDO - 10-11-94

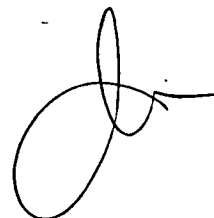
A fim de embasar posição desta Comissão à respeito do PL 368/94, de autoria do nobre Vereador Cosme Lopes, que altera normas de uso e ocupação do solo em área situada no Distrito do Tremembé, solicitamos encaminhamento do presente ao Executivo para que este, através dos seus órgãos técnicos, possa fornecer-nos subsídios quanto à viabilidade do pretendido.

em 24/11/94


Vereadora Zulaia Cobra Ribeiro
Presidente da Com. de Política Urbana
Metropolitana e Meio Ambiente

Defiro


Vereador Miguel Colasuonno
Presidente da Câmara Municipal de São Paulo





CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Folha nº 40 do proc. 10
de 1994

São Paulo, 05 de dezembro de 1994.

MEMORANDO

Recebi ofício DT.7/Leg.3 nº 300512 de
05.12.94 , solicitando ao Executivo informações referente ao
Projeto de Lei nº 368/94 de autoria do Ver. Cosme Lopes.

ANEXO: cópias do PL 368/94 e do despacho da comissão de
Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

06/12/94



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº

71

do processo nº

364

de 19

94, 07

12

94

(a)

[Handwritten signature]

À Comissão de

Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente.

Para as devidas providências.

08 / 12 / 94

[Handwritten signature]

ANGELA BORDIN ANDREONI

Chefe de Seção Técnica 4

SEGUIE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em/...../.....

(a)



Prefeitura do Município de São Paulo

São Paulo, 16 de janeiro de 1995

GABINETE DO PREFEITO

Ofício A. J. L. n.º 004/95

15 - DOCREC
15-0014/1995

Folha n.º 72	do proc
N.º 362	de 1995
O funcionário	

Em 16/01/95
às 16:05

Senhor Presidente

Tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, junto ao presente, cópia das informações prestadas pelas Unidades competentes desta Prefeitura, relativas ao requerido por essa Casa, por meio dos ofícios nos. DT.7/Leg.3/300512/94, DT.7/Leg.3/300513/94, DT.7/Leg.3/300515/94, DT.7/Leg.3/300539/94, DT.7/Leg.3/300538/94, DT.7/Leg.3/300541/94, DT.7/Leg.3/300537/94, DT.7/Leg.3/300542/94, DT.7/Leg.3/300540/94, DT.7/Leg.3/300546/94, DT.7/Leg.3/300543/94 e DT.7/Leg.3/300547/94.

Aproveito a oportunidade para reiterar a Vossa Excelência os protestos de minha alta consideração.

PAULO MALUF
Prefeito

A Sua Excelência o Senhor Doutor Miguel Colasuonno
Digníssimo Presidente da Câmara Municipal de São Paulo
LMBN/sffs

À Leg. 3;

Em 01/02/95


LUIZ AZEVEDAS DE CARVALHO
Assessor Técnico Leg. Chefe.
A. T. G. L.

RECEBIDO EM LEG. 3

01 / 02 / 95 18:45h



À Douta Comissão de
Política Urbana, Metropolitana
e Meio Ambiente

Em, 02 / 02 / 95


ANGELA BORDIN ANDREONI
Chefe de Seção Técnica I



14/95

Folha n.º 73	do proc.
N.º 368	de 1994
O funcionário	J

Unb

CÓPIA DAS INFORMAÇÕES RELATIVAS AO PROJETO DE
LEI Nº 368/94, REFERENTE AO OFÍCIO Nº DT.7/Leg.3/300512/94 ,
REMETIDO À CÂMARA MUNICIPAL COM O OFÍCIO ATL. Nº 004 /95.



Folha n.º	74	do pros.
N.º	368	de 1994
Ass.		

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO

Folha de informação n.º 09

Do Processo n.º 59.003.202-94*57

em 20/12/94 (a) Lolo

Ch. Adm. Geral
Folha:

AUTOS : Processo n.º 59.003.202-94*57

INTERESSADO : CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

ASSUNTO : Informações sobre o Projeto de Lei 368/94
de autoria do Vereador Cosme Lopes

INFORMAÇÃO N.º 412/94/DEPLANO/CDL

DEPLANO
Sr. Supervisor

Trata o presente de solicitação da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente da Câmara municipal, de subsídios sobre a área objeto do PL 358/94, para que se possa avaliar a viabilidade do pretendido.

O P.L. 358/94 propõe alteração de zoneamento em área atualmente integrante da Zona de Uso Zi-030 e de Corredor de Uso Especial ZB.CR-2 (ver Planta da Lei 9411/81 anexa em fls. 08). A citada alteração propõe que alguns lotes pertencentes à Zi-030 e outros lindeiros ao Corredor de Uso Especial ZB.CR-2 passem a integrar a zona de uso Z9-003.

A zona de uso Zi tem características residenciais de densidade demográfica baixa, exclusivamente residencial unifamiliar, com taxa de ocupação máxima permitida de até 50% do terreno e coeficiente de aproveitamento (C.A.) 1, ou seja, pode-se construir uma vez a área do lote.

A Av. Maria Amália Lopes de Azevedo, que delimita a área em questão, está classificada como Corredor de Uso Especial ZB.CR-2, que tem como objetivo efetuar a transição entre zonas residenciais de baixa densidade e zonas de uso que permitam adensamento com usos diversificados, realizando ao longo dessas vias a transição em termos de adensamento das atividades permitidas em ambos as áreas. Busca-se ainda evitar que a proximidade do Corredor venha a comprometer a característica residencial da vizinhança. Foram utilizados para tanto, dispositivos de proteção visando evitar que as atividades instaladas nos lotes do Corredor invadam o interior dessas zonas de usos estritamente residenciais.

Propõe-se assim um limite à interferência do Corredo com

essas zonas, de forma a manter as características urbanísticas do entorno, garantindo assim um padrão de ocupação com, geralmente, expressiva cobertura vegetal.

Não se impede, porém, que serviços destinados ao atendimento da comunidade, de uma forma geral, sejam instalados dentro dessas zonas estritamente residenciais.

A zona de uso Z9, proposta para área em questão através do PL 358/94, alterando o zoneamento existente Z1, e Corredor de Uso Especial Z8.CR-2, tem características de densidade demográfica baixa admitindo o uso residencial isolado e geminado e também uso comercial e prestação de serviços de âmbito local.

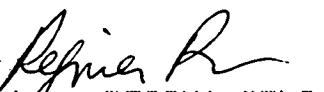
Em vistoria realizada no local, observa-se que a área objeto da proposição e seu entorno, caracterizam-se pela ocupação predominante do uso residencial, sem indícios de invasão de outros usos, denotando uma consolidação da Zona de Uso Z1. A presença de serviços comunitários como escola, e posto de saúde são necessários e solicitados pela população.

A Av. Maria Amália Lopes de Azevedo, classificada como Corredor de Usos Especial Z8.CR-2 está perfeitamente adequada.

Considerando o exposto, conclui-se que a alteração proposta pelo presente PL não se justifica, pois a área está perfeitamente adequada ao zoneamento vigente não apresentando qualquer sinal de transformação.

É o que temos a informar.

São Paulo, 21/12/94


A/q. REGINA CELIA PIVA
SEMPLA/DEPLANO/CDL

RCP/manp

Deplano
Sr. Minter

Encaminhamos o parecer técnico desta supervisão, contrariando a alteração pretendida
J.P. 22, 12, 94

12/10/94
Simões Pereira
SEMPLA
FEITO
12/10/94

SAAB
DEPLANO

Folha n.º 25 do processo
N.º 368 de 1994
O funcionário

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO

Folha de informação nº -10-

DO PROCESSO 59-003.202-94*57 EM 26/12/94 (a)

Cecília M. S. Pereira
do I
DEPLANO/SEMPA

AUTOS : PROCESSO 59-003.202-94*57
INTERESSADO : CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ASSUNTO : Informações sobre o Projeto de Lei nº 368/94
de autoria do Vereador Cosme Lopes

INFORMAÇÃO/SEMPA/DEPLANO/956/94

SEMPA
Sr. Chefe de Gabinete

Encaminhamos informação deste Departamento de fls. 09 e 090º, a qual explicita adequação do atual zoneamento da área em questão às diretrizes gerais do Município, justificando a posição contrária ao Projeto de Lei nº 368/94 apresentado na inicial.

São Paulo, 26 de dezembro de 1994.

Hussain Aref Saab
HUSSAIN AREF SAAB
Departamento de Planejamento e
Normatização Territorial
Diretor Substituto

HAS/cm.

Folha n.º 76 do pt.
N.º 368 do m. 54
Fundação

PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO
SECRETARIA MUNICIPAL DO PLANEJAMENTO

Folha de informação n.º 11

DO PROCESSO 59-003.202-94*57 EM 26/12/94 (a).....

PAULO ROMERA
SEMPLA/AARH

AUTOS : PROCESSO 59-003.202-94*57
INTERESSADO : CAMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO
ASSUNTO : Informações sobre o Projeto de Lei n.º 368/94
de autoria do Vereador Cosme Lopes

INFORMAÇÃO/SEMPLA/1612/94

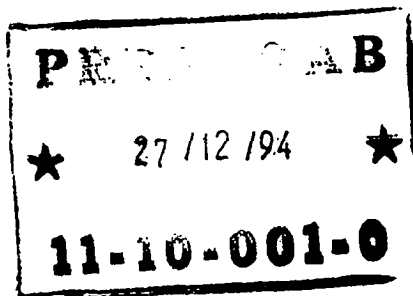
SGM - ATL
Sra. Assessora Chefe

Retornamos o presente com as manifestações
desta Secretaria de fls. 09 e 10 contrárias ao Projeto de
Lei n.º 368/94 apresentado na inicial.

São Paulo, 26 de dezembro de 1994.

LUIZ EDUARDO GRANDJEAN PINTO
Chefe de Gabinete
SEMPLA

IRFP/cm.



Recebido na Comissão de Pol. Urbana.

Em 31/2/95 às _____ hs.





Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 27 do proc
N.º 368 de 1994
O funcionário

16 - PAR

16-0426/1995

PARECER da COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA,
METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE SOBRE O PROJETO DE LEI Nº
368/94.

De autoria do Nobre Vereador Cosme Lopes, visa o presente Projeto de Lei excluir da zona de uso Z1-030, cujo perímetro é descrito no Quadro nº 8J anexo a Lei nº 9.411/81, a área delimitada pelo perímetro descrito na propositura, e incluir a tal área na zona de uso Z9-003, cujas características de uso e ocupação do solo constam no Quadro 8J, anexo à Lei nº 9.411/81.

A área em questão tem início na Rua Dr. José Vicente, esquina com a Av. Maria Amália Lopes de Azevedo, no Distrito de Tremembé.

Em sua justificativa o Nobre Vereador alega que "... a incorporação visa regularizar uma situação de fato, tendo em vista que ali já se encontram o Colégio Santa Gema, a Igreja São Pedro, o antigo prédio da Escola Arnaldo Barreto, onde funciona uma unidade da Associação Anti-alcoólica, uma clínica odontológica para carentes, um posto de saúde, o centro comunitário...". (fls. 03).

A Douta Comissão de Constituição e Justiça apresentou Parecer nº 1073/94, manifestando-se pela Legalidade, como consta à fls. nº 05.

A alteração proposta de zona de uso Z1 para zona de uso Z9, permite que se instalem regularmente usos compatíveis com o uso residencial, sem provocar um adensamento, uma vez que se mantém o coeficiente de aproveitamento máximo igual a 1 (um) o que impede a verticalização.

Diante do exposto, favorável portanto, é o nosso Parecer.

Sala da Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente em, 6/4/95.

- Presidente

- Relator

17 - RELCOM
17-3087/1995

Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de 8 / 4 / 1995

página 46 coluna 3ª

conferido: *[assinatura]*

À Douta Comissão de
Atividade Econômica
Em 10/04/95

[assinatura]
LUIS FERNANDO B. DE ARAÚJO
Secretário

Recebido na Comissão de
Atividade Econômica
Em 11/4 as 14 h.

[assinatura]
MARIA ELIZABETH MACHADO
Secretária

Ao nobre Vereador *Marco Antônio*
para relatar.

Sala da Comissão de Atividade Econômica

12/04/95

[assinatura]
PRESIDENTE

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

3 cópias, todas com esta data e rubricadas sob

folhas de n.º 78, 79, - 1 a) *Beth*



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º	78	do proc.
n.º	368	de 12.04

PRORROGAÇÃO

PL nº 368/94

Tendo em vista a necessidade de maiores estudos sobre a matéria, prorrogo o prazo para emissão de parecer desta Comissão, conforme disposto no art. 63, "caput", do Regimento Interno.

Em 26 de Abril de 1995


Vera Lúcia Correa

Presidente da Comissão de Atividade Econômica



17 - RELCOM
17-5028/1995

Folha n.º 79 do proc.
n.º 368 de 1994

Câmara Municipal de São Paulo

16 - PAR
16-0557/1995

DA COMISSÃO DE ATIVIDADE ECONÔMICA SOBRE O PROJETO DE LEI Nº 368/94

De autoria do Nobre Vereador Cosme Lopes, o projeto visa incluir em zona de uso Z9 alguns terrenos atualmente localizados em zona Z1.

Trata-se de parte de dois quarteirões situados no Tucuruvi, num setor da zona Z1-030 que forma uma cunha entre a zona 9-003 e a gleba da Invernada da Força Pública.

A passagem de zona de uso estritamente residencial - Z1 para zona de uso predominantemente residencial - Z9 vai facilitar a permanência dos estabelecimentos de serviços e institucionais aí instalados, que são atividades muito benéficas para a população da Zona Norte.

Ressalte-se que não há risco de incômodo à vizinhança, pois em Z9 o coeficiente máximo de aproveitamento é 1, e são proibidas as categorias incômodas de comércio e serviços.

Pelo exposto, este parecer é favorável ao projeto.

Sala da Comissão de Atividade Econômica, 02/5/95

Presidente

Relator

Contrário

Publicado no DIÁRIO OFICIAL

de 06 / 5 / 19 95

pagina 40 coluna 1ª

conferido: *Beth*

A Douta Comissão de
Finanças e Orçamento

Em, 08 / 05 / 95

Beth
MARIA ELIZABETH MACHADO
Secretária

Recebido na Comissão de
Finanças e Orçamento

Em 09/05 as _____ h.

4o nobre Vereador *Ze Sudio*
para relatar.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento

101 051 95

Fluminaia
Presidente

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) ao(s) documento(s) rubri-
cado(s) sob n.º _____ e linha de informação sob

n.º 80 - 17/05/95



16 - PAR
16-0660/1995

Municipal de São Paulo

Folha n.º 80 do proc.
n.º 368 de 1994
o funcionário

PARECER Nº

/95 DA COMISSÃO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO SOBRE O

PROJETO DE LEI Nº 368/94

O presente projeto de lei, de autoria do nobre Vereador Cosme Lopes, dispõe sobre a alteração de normas de uso e ocupação do solo, visando excluir da zona de uso Z1-030 a área descrita em seu artigo 1º, localizada no Distrito do Tremembé, que passaria a integrar a zona de uso Z 9-003.

Quanto ao aspecto financeiro, nada há a opor.

Sala da Comissão de Finanças e Orçamento, em 16 de maio de 1995.

Presidente -

Relator -

Publicado no DIARIO OFICIAL
de 19 / maio / 19 95
pagina 42 coluna 1ª
Conferido: *aj*

A A.T.M.
Em, 19 / 05 / 95

Mj
MARGARETE NUNES SILVA
Secretaria



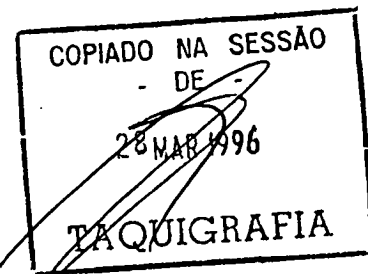
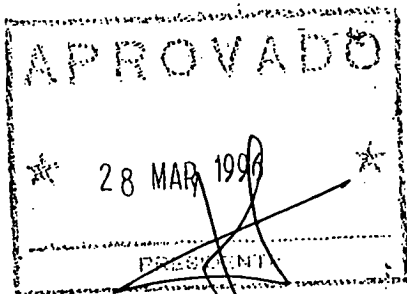
Câmara Municipal de São Paulo

28/3/96

Folha n.º 81 do proc.
n.º 07-0010/1996 de 19

07 - RPS
07-0010/1996

REQUERIMENTO "P"



Requeremos, na forma regimental, ouvido o Egrégio Plenário, a retirada e arquivamento do Projetos de Lei sobre matéria de zoneamento e que já receberam Parecer favorável de, pelo menos, uma Comissão de Mérito, a seguir relacionados:

PL nº 251/94 - Vereador Hanna Gharib
PL nº 118/94 - Vereador Hanna Gharib
PL nº 514/94 - Vereador Edivaldo Estima
PL nº 513/94 - Vereador Edivaldo Estima
PL nº 516/94 - Vereador Edivaldo Estima
PL nº 857/93 - Vereador Darcio Arruda
PL nº 704/93 - Vereador Darcio Arruda
PL nº 368/94 - Vereador Cosme Lopes
PL nº 519/93 - Vereador Cosme Lopes
PL nº 122/94 - Vereador Brasil Vita
PL nº 037/94 - Vereador Archibaldo Zancra
PL nº 485/93 - Vereador Archibaldo Zancra
PL nº 906/93 - Vereador Wadih Mutran
PL nº 410/95 - Vereador Faria Lima
PL nº 507/94 - Vereador Faria Lima
PL nº 417/94 - Vereador Nelo Rodolfo
PL nº 372/94 - Vereador Nelo Rodolfo
PL nº 854/93 - Vereador Nelo Rodolfo
PL nº 543/94 - Vereador Miguel Colasuonno



Câmara Municipal de São Paulo

Folha n.º 82 do proc.
n.º 19

fl.02

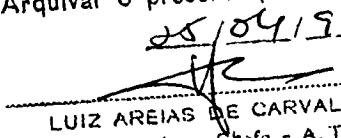
PL nº 317/94 - Vereador José Indio F.do Nascimento
PL nº 230/90 - Vereador José Indio F.do Nascimento
PL nº 116/90 - Vereador José Indio F.do Nascimento
PL nº 331/93 - Vereador Antonio Sampaio
PL nº 332/93 - Vereador Antonio Sampaio
PL nº 333/93 - Vereador Antonio Sampaio
PL nº 302/92 - Vereador Antonio Sampaio

Sala das Sessões, em

HANNA CHARIB
Vereador
Liber do PPB

Vereador Edivaldo Estima -
Vereador Darcio Arruda -
Vereador Cosme Lopes -
Vereador Brasil Vita -
Vereador Archibaldo Zancra -
Vereador Wadih Mutran -
Vereador Faria Lima -
Vereador Nelo Rodolfo -
Vereador Miguel Colasuonno -
Vereador José Indio F.do Nascimento -

Ao DT. 94 - Sra. Chefe:
Arquivar o presente processo.

25/04/98

LUIZ AREIAS DE CARVALHO
Ass. Técn. Leg. Chefe - A. T. M.

DEPARTAMENTO
DE DOCUMENTAÇÃO E INFORMÁTICA
SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO

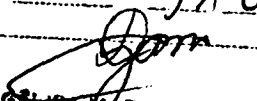
Proc. encerrado c/ 82 fls.

Arquivo em 26-04-98

O Func.º 

REGINA APARECIDA BARRIOS
Chefe de Seção Técnica II

Segue(m) Juntado(s), nesta data,
documento(s) rubricado(s) sob
n.º 83.081 e folha de informação
sob n.º 19/03/98


ANGÉLICA MARIA GUMAUSKAS
Documentalista

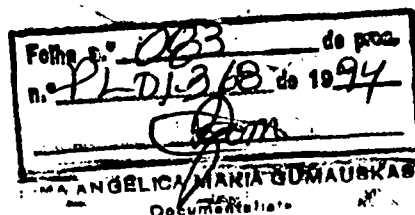
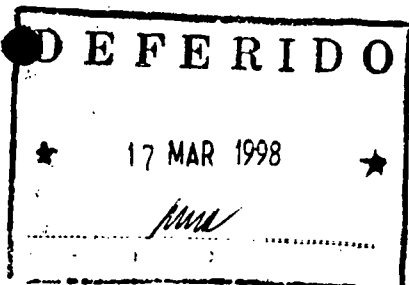


Câmara Municipal de São Paulo
GABINETE DA LIDERANÇA DO PPB

REQUERIMENTO

13 - RDS
13-0297/1998

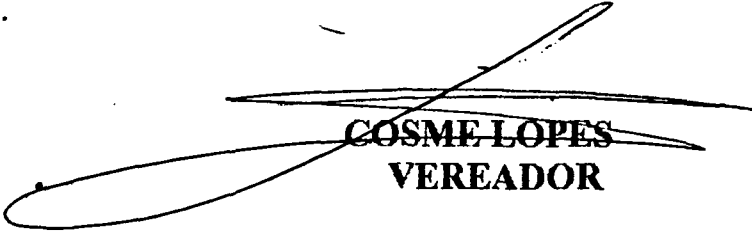
/98

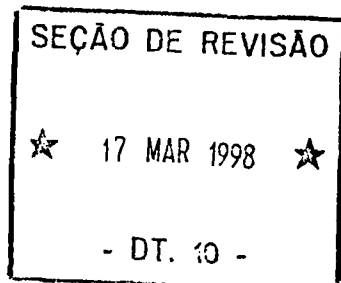


Requeiro à Douta Mesa, na Forma regimental,
o desarquivamento do PL nº 368/94 - de minha autoria.

Sala das Sessões,

de fevereiro de 1997


COSME LOPES
VEREADOR



AO DT. 94 - SRA. CHEFE:
DESARQUIVAR O PRESENTE PROCESSO

18.03.1998

[Handwritten signature]

BRENDEN
Assessor Tec. Leg. Chefe Subst.
A. T. M.

ATM - Sr. Assessor Chefe,

Em atenção ao RDS 13-0297/98, segue o presente expediente
para volta a Tramitação.

DT.94, em 19 de março de 1998

[Handwritten signature]

MARIA ISABEL LOPES CORREIA
Chefe de Seção Técnica - Substituto

UMA ANGELICA MARIA GUMABKAS
Documentalista

=>ENCAMINHA INFORMACOES SOBRE PROJETOS, recebido em 16/01/1994, atraves do(a) OFICIO A.T.L. 004/95, enviado pelo(a) PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PMSP, encaminha informa^{ções} sobre diversos projetos., atraves do Documento Recebido nro. 14/1995.

Ementa: DISPOE SOBRE A ALTERAÇÃO DE NORMAS DE USO E OCUPAÇÃO DO SOLO, EM ÁREA LOCALIZADA NO DISTRITO DO TREMEMBÉ, E DÓ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

Autor(es):
. Vereador(a) COSME LOPES (PPR)

Apresentado em.....: 10/08/1994
Autuado em.....: 10/08/1994-Processo 01-368/1994
Leitura.....: 10/08/1994, na Sessao Ordinaria 184, Legislatura 11-2
Publicado.....: no D.O.M. em 12/08/1994, pagina 48, coluna 1

Palavra(s) chave(s): ADMINISTRACAO REGIONAL DE SANTANA / ALTERACAO / ANTONIO PESTANA (RUA) / EDUCANDARIO DE SANTA GEMA / EEPG ARNALDO BARRETO / IGREJA DE SAO PEDRO APOSTOLO DO TREMEMBE / JOSE VICENTE (RUA DOUTOR) / LEI 09.411/81 / LIONS CLUBE DE SAO PAULO / TREMEMBE / MARIA AMALIA LOPES AZEVEDO (RUA) / RAUL VICENTE (RUA) / TREMEMBE / ZONEAMENTO / Z1-030 / Z9-003.

TRAMITACAO:

=====

-----		*-----*		*-----*	
I Sigla da Area	I	Recebimento		I	Encaminhamento
I CMSP	I	Data Hora		I	Data Hora
I-----I		I-----I		I-----I	
I ATM	I	10/08/1994		I	18/08/1994-16:18
I JUST	I	19/08/1994-12:10		I	09/09/1994-16:07
I URB	I	16/09/1994-15:49		I	28/11/1994-15:51
I PRESID	I	28/11/1994-16:00		I	30/11/1994-16:56
I LEG3	I	30/11/1994-18:50		I	07/12/1994-15:56
I URB	I	04/03/1995-13:29		I	11/04/1995-15:01
I ECON	I	11/04/1995-16:45		I	09/05/1995-16:31
I FIN	I	10/05/1995-14:38		I	22/05/1995-15:00
I ATM	I	22/05/1995-18:01		I	26/04/1996-17:14
I ARQUIVO	I	26/04/1996-17:30		I	
-----		*-----*		*-----*	

Comissao(oes) designadas em 10/08/1994:
CONSTITUICAO E JUSTICA - JUST
POLITICA URBANA, METROPOLITANA, MEIO AMB. - URB
ATIVIDADE ECONOMICA - ECON
FINANCAS E ORCAMENTO - FIN

COMISSAO DE CONSTITUICAO E JUSTICA - JUST

=====

PL recebido(a) em: 19/08/1994



Câmara Municipal de São Paulo

Ata da 1.ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, realizada em 15 de Novembro de 1955, às 10 horas da manhã, no Salão Nobre do Palácio Municipal, sob a Presidência do Sr. Prefeito Municipal, Sr. João de Deus, e a Presidência da Mesa, Sr. José de Faria.

Presentes: Sr. João de Deus, Sr. José de Faria, Sr. Antônio de Faria, Sr. Carlos de Faria, Sr. Eduardo de Faria, Sr. Fernando de Faria, Sr. Guilherme de Faria, Sr. Humberto de Faria, Sr. Ivo de Faria, Sr. João de Faria, Sr. José de Faria, Sr. Luís de Faria, Sr. Manoel de Faria, Sr. Nilton de Faria, Sr. Osvaldo de Faria, Sr. Paulo de Faria, Sr. Ricardo de Faria, Sr. Sérgio de Faria, Sr. Tarcísio de Faria, Sr. Ulysses de Faria, Sr. Valério de Faria, Sr. Wellington de Faria, Sr. Xico de Faria, Sr. Yago de Faria, Sr. Zé de Faria, Sr. Antônio de Faria, Sr. Carlos de Faria, Sr. Eduardo de Faria, Sr. Fernando de Faria, Sr. Guilherme de Faria, Sr. Humberto de Faria, Sr. Ivo de Faria, Sr. João de Faria, Sr. José de Faria, Sr. Luís de Faria, Sr. Manoel de Faria, Sr. Nilton de Faria, Sr. Osvaldo de Faria, Sr. Paulo de Faria, Sr. Ricardo de Faria, Sr. Sérgio de Faria, Sr. Tarcísio de Faria, Sr. Ulysses de Faria, Sr. Valério de Faria, Sr. Wellington de Faria, Sr. Xico de Faria, Sr. Yago de Faria, Sr. Zé de Faria.

Ausente: Sr. Antônio de Faria, Sr. Carlos de Faria, Sr. Eduardo de Faria, Sr. Fernando de Faria, Sr. Guilherme de Faria, Sr. Humberto de Faria, Sr. Ivo de Faria, Sr. João de Faria, Sr. José de Faria, Sr. Luís de Faria, Sr. Manoel de Faria, Sr. Nilton de Faria, Sr. Osvaldo de Faria, Sr. Paulo de Faria, Sr. Ricardo de Faria, Sr. Sérgio de Faria, Sr. Tarcísio de Faria, Sr. Ulysses de Faria, Sr. Valério de Faria, Sr. Wellington de Faria, Sr. Xico de Faria, Sr. Yago de Faria, Sr. Zé de Faria.

Abertura dos trabalhos pelo Sr. João de Deus, Prefeito Municipal, e leitura do Relatório do Sr. João de Deus, Prefeito Municipal, sobre a situação da Prefeitura Municipal de São Paulo, no ano de 1955.

Deliberação: A Câmara Municipal de São Paulo, em sessão ordinária, realizada em 15 de Novembro de 1955, deliberou, por unanimidade, aprovar o Relatório do Sr. João de Deus, Prefeito Municipal, sobre a situação da Prefeitura Municipal de São Paulo, no ano de 1955.

Assinada e lida em 15 de Novembro de 1955.

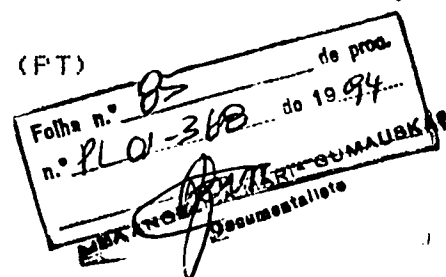
João de Deus	Prefeito Municipal
José de Faria	Presidente da Mesa
Antônio de Faria	1.º Vice-Presidente
Carlos de Faria	2.º Vice-Presidente
Eduardo de Faria	3.º Vice-Presidente
Fernando de Faria	4.º Vice-Presidente
Guilherme de Faria	5.º Vice-Presidente
Humberto de Faria	6.º Vice-Presidente
Ivo de Faria	7.º Vice-Presidente
João de Faria	8.º Vice-Presidente
José de Faria	9.º Vice-Presidente
Luís de Faria	10.º Vice-Presidente
Manoel de Faria	11.º Vice-Presidente
Nilton de Faria	12.º Vice-Presidente
Osvaldo de Faria	13.º Vice-Presidente
Paulo de Faria	14.º Vice-Presidente
Ricardo de Faria	15.º Vice-Presidente
Sérgio de Faria	16.º Vice-Presidente
Tarcísio de Faria	17.º Vice-Presidente
Ulysses de Faria	18.º Vice-Presidente
Valério de Faria	19.º Vice-Presidente
Wellington de Faria	20.º Vice-Presidente
Xico de Faria	21.º Vice-Presidente
Yago de Faria	22.º Vice-Presidente
Zé de Faria	23.º Vice-Presidente

Ata da 2.ª Sessão Ordinária da Câmara Municipal de São Paulo, realizada em 22 de Novembro de 1955, às 10 horas da manhã, no Salão Nobre do Palácio Municipal, sob a Presidência do Sr. Prefeito Municipal, Sr. João de Deus, e a Presidência da Mesa, Sr. José de Faria.

Presentes: Sr. João de Deus, Sr. José de Faria, Sr. Antônio de Faria, Sr. Carlos de Faria, Sr. Eduardo de Faria, Sr. Fernando de Faria, Sr. Guilherme de Faria, Sr. Humberto de Faria, Sr. Ivo de Faria, Sr. João de Faria, Sr. José de Faria, Sr. Luís de Faria, Sr. Manoel de Faria, Sr. Nilton de Faria, Sr. Osvaldo de Faria, Sr. Paulo de Faria, Sr. Ricardo de Faria, Sr. Sérgio de Faria, Sr. Tarcísio de Faria, Sr. Ulysses de Faria, Sr. Valério de Faria, Sr. Wellington de Faria, Sr. Xico de Faria, Sr. Yago de Faria, Sr. Zé de Faria.

Prazo regimental: 05/09/1994
Relator: Vereador(a) ARSELINO TATTO (PT)
Designado em: 19/08/1994

RELATORIO nro. 1073/1994 --> PARECER nro. 1073/1994



Apresentado em.....: 05/09/1994
Autor(a).....: Vereador(a) ARSELINO TATTO (PT)
Conclusao.....: FAVORAVEL

VOTO A FAVOR:

..Vereador(a) MARCOS MENDONCA (PSDB)
..Vereador(a) JOSE VIVIANI FERRAZ (PL)
..Vereador(a) ARSELINO TATTO (PT)
..Vereador(a) MURILLO ANTUNES ALVES (PMDB)
..Vereador(a) DARCIO ARRUDA (PMDB)
..Vereador(a) AURELIO NOMURA (PL)
..Vereador(a) OSVALDO SANCHES (PPR)

VOTO ABSTENCAO:

..Vereador(a) JOSE MENTOR (PT)
..Vereador(a) COSME LOPES (PPR)

Relatorio 1073/1994 transformado em PARECER (FAVORAVEL) nro. 1073/1994 em 05/09/1994, publicado no D.O.M. em 07/09/1994, pagina 39, coluna 3.

PL liberado pela Comissao JUST em 05/09/1994.

COMISSAO DE POLITICA URBANA, METROPOLITANA, MEIO AMB. - URB

PL recebido(a) em: 16/09/1994
Prazo regimental: 01/10/1994
Relator: Vereador(a) TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO (PT)
Designado em: 16/09/1994

Prazo prorrogado de 17/09/1994 ate 24/11/1994 devido audiencias publicas.

Prazo prorrogado de 24/11/1994 ate 06/04/1995 devido informacoes do executivo.

=>Oficio CMSF 300512/1994 de 05/12/1994, SOLICITA INFORMACOES SOBRE PROJETOS com prazo para resposta de 30 dias, enviado para PREFEITURA DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO - PMSP

Encerrado em: 27/11/1997 - Motivo: RETIRADO PELO AUTOR

RELATORIO nro. 3087/1994 --> PARECER nro. 426/1995

Apresentado em.....: 06/04/1995
Autor(a).....: Vereador(a) TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO (PT)
Conclusao.....: FAVORAVEL

VOTO A FAVOR:



Câmara Municipal de São Paulo

1900

1900

1900

1900

1900

1900

1900

1900

1900

1900

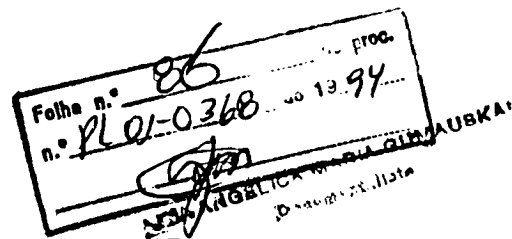
1900

1900

1900

1900

..Vereador(a) TEREZA CRISTINA DE SOUZA LAJOLO (PT)
..Vereador(a) ALDAIZA SPOSATI (PT)
..Vereador(a) EMILIO MENECHINI (PTB)
..Vereador(a) TONINHO FAIVA (PL)



Relatorio 3087/1994 transformado em PARECER (FAVORAVEL) nro. 426/1995 em 06/04/1995, publicado no D.O.M. em 08/04/1995, pagina 46, coluna 3.

PL liberado pela Comissao URB em 06/04/1995.

COMISSAO DE ATIVIDADE ECONOMICA - ECON

=====

PL recebido(a) em: 11/04/1995
Prazo regimental: 26/04/1995
Relator: Vereador(a) MARCOS CINTRA (PL)
Designado em: 11/04/1995

Prazo prorrogado de 26/04/1995 ate 02/05/1995 devido artigo 63 do regimento interno.

RELATORIO nro. 5028/1995 --> PARECER nro. 557/1995

Apresentado em.....: 02/05/1995
Autor(a).....: Vereador(a) MARCOS CINTRA (PL)
Conclusao.....: FAVORAVEL

VOTO A FAVOR:

..Vereador(a) BRASIL VITA (PTB)
..Vereador(a) GABRIEL ORTEGA (PSDB)
..Vereador(a) LIDIA CORREA (PMDB)
..Vereador(a) MANOEL SALA (PPR)
..Vereador(a) MARCOS CINTRA (PL)

VOTO CONTRARIO:

..Vereador(a) ITALO CARDOSO (PT)

Relatorio 5028/1995 transformado em PARECER (FAVORAVEL) nro. 557/1995 em 02/05/1995, publicado no D.O.M. em 06/05/1995, pagina 40, coluna 1.

PL liberado pela Comissao ECON em 02/05/1995.

COMISSAO DE FINANÇAS E ORÇAMENTO - FIN

=====

PL recebido(a) em: 09/05/1995
Prazo regimental: 24/05/1995
Relator: Vereador(a) JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO (PMDB)
Designado em: 10/05/1995

RELATORIO nro. 2149/1995 --> PARECER nro. 660/1995

Apresentado em.....: 16/05/1995



Câmara Municipal de São Paulo

Assistente Parlamentar
Registro 100406

Autor(a).....: Vereador(a) JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO (PMDB)
Conclusao.....: FAVORAVEL

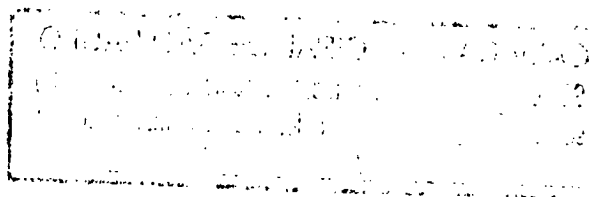
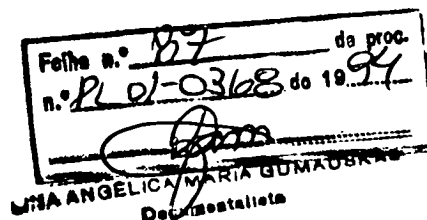
VOTO A FAVOR:

..Vereador(a) ALMIR GUIMARAES (PTB)
..Vereador(a) JOSE INDIO FERREIRA DO NASCIMENTO (PMDB)
..Vereador(a) ODILON GUEDES (PT)
..Vereador(a) NELSON GUIMARAES PROENCA (PSDB)
..Vereador(a) ZENAS PIRES (PMDB)
..Vereador(a) HANNA GHARIB (PPR)
..Vereador(a) VICENTE VISCOME (PPR)
..Vereador(a) MOHAMAD SAID MOURAD (PL)

Relatorio 2149/1995 transformado em PARECER (FAVORAVEL) nro. 660/1995 em 16/05/1995, publicado no D.O.M. em 19/05/1995, pagina 42, coluna 1.

PL liberado pela Comissao FIN em 16/05/1995.

=>RPS nro. 10/1996, retirada de proposicao (referente a(o) PL 368/1994), apresentado em 28/03/1996 pelo(a) Vereador(a) HANNA GHARIB (PPR).





Câmara Municipal de São Paulo

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

SEGUE(M) juntado(s) nesta data documento(s) rubricado(s)

sob nº _____ e folha de informação sob nº _____

8 02/01/01 al Ad

A. de Lencastre



CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO PAULO

Papel para informação, rubricado como folha nº 8.8

do processo nº 368 de 1994 131.12.100 (n) C.D.

Adelina Cicone
Assistente Parlamentar
Registro 100.406

Ao DT.94 - Sra. Chefe:

Arquivar o presente processo, de acordo com o art. 275 do Regimento Interno (mudança de legislatura).

02101101

Breno Gandelman
BRENO GANDELMAN
Assessor Tec. Legislat. Chefe
ATM

SEÇÃO TÉCNICA DE ARQUIVO	
Requisitado em	19-03-98
Arquivado novamente em	26-01-2007
C/ 88	Fls. ° O Func° <i>Caril</i>

BENVINDO DANILO L. CARVALHO
Assist. Parlamentar
Reg. n.º 101 258

SEGUIE juntado nesta data, documento e papel para informação, rubricado

sob folha nº

Em / /

(a)